



Direito Penal:

Mapas Mentais para Concursos Públicos





Olá! :)

Seja muito bem vindo!

Obrigada por adquirir os **Mapas da Lulu 2.0!** Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 25 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em três concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar) e Consultor Legislativo (4º lugar), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão.

Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 2.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 2.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do **Youtube**: [Lulu Concurseira](#) e no meu **Instagram**: [@lulu.concurseira](#). Já somos uma comunidade de mais de 154 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,

Laura Amorim

@lulu.concurseira



PIRATARIA É CRIME.

Atenção:

Este produto é para uso pessoal. **Não compartilhe o seu material.**

Pessoal, os Mapas da Lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@lulu.concurseira e @mapasdalulu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria. Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivaninha, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.000 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, email, grupos de whatsapp ou facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no suporte@mapasdalulu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até QUATRO anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da Lulu.

Um beijo,

Laura Amorim



Índice

1. DIREITO PENAL

1.1 Aplicação da Lei Penal no Tempo	05
1.2 Aplicação da Lei Penal no Espaço	07
1.3 Aplicação da Lei Penal em Relação às Pessoas	11
1.4 Disposições Preliminares do Código Penal	13
1.5 Crime	16
1.6 Fato Típico	22
1.7 Illicitude	27
1.8 Culpabilidade	30
1.9 Erro	33
1.10 Extinção da Punibilidade	37
1.11 Concurso de Pessoas	42

ASPECTOS GERAIS

- **REVOGAÇÃO**: SUBSTITUIÇÃO DE UMA NORMA JURÍDICA POR OUTRA
- **TOTAL** = AB-ROGAÇÃO
- **PARCIAL** = DERROGAÇÃO
- **EXPRESSA** = A LEI NOVA DIZ EXPRESSAMENTE QUAL LEI/DISPOSITIVO ESTÁ REVOGANDO.
- **TÁCITA** = TRATA DA MESMA MATÉRIA, MAS DE FORMA DIFERENTE

CONFLITO DE LEIS PENAIS NO TEMPO

- DECIDIDO CONFORME A **NATUREZA** DA NORMA REVOGADORA:

TRAZ QUALQUER PREJUÍZO AO RÉU

LEI NOVA INCRIMINADORA E **LEX GRAVIOR**

- SEGUEM A **REGRA GERAL** → EFEITOS APENAS APÓS SUA ENTRADA EM VIGOR.

ABOUTO CRIMINIS (DEIXA DE CONSIDERAR O FATO COMO CRIME)

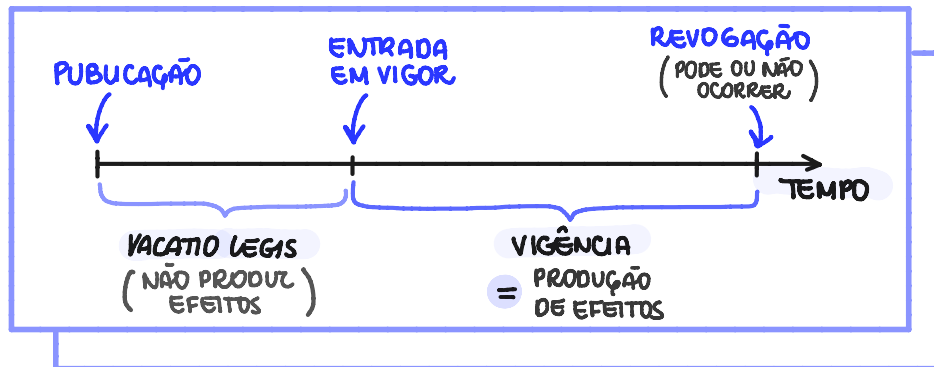
- TEM **EFEITOS RETROATIVOS** = RETROATIVIDADE DA LEI PENAL
- FAZ CESSAR:
 - PENA
 - EFEITOS **PENAS** DA CONDENAÇÃO

OS EFEITOS EXTRAPENAS **NÃO CESSAM!**

NÃO CONFUNDA C/ CONTINUIDADE TÍPICO-NORMATIVA:
QUANDO A LEI REVOGA A PREVISÃO DE UM TIPO PENAL, MAS O INSERE EM OUTRO TIPO.
↳ **NÃO HÁ ABOUTO CRIMINIS!**

PRINCÍPIO DA ATIVIDADE DA LEI

- A LEI **PRODUZ EFEITOS** DURANTE SEU PERÍODO DE VIGÊNCIA.
(NÃO É ABSOLUTO!)



aplicação da lei penal
= NO TEMPO =

LEX MITIOR OU NOVATIO LEGIS IN MELIUS

- = LEI POSTERIOR TRAZ UMA SITUAÇÃO **MAIS BENÉFICA** AO RÉU.
→ ATINGE FATOS **ANTERIORES** A SUA VIGÊNCIA
- TEM **EFEITOS RETROATIVOS** = RETROATIVIDADE DA LEI PENAL
↳ **AINDA QUE** O FATO JÁ TENHA SIDO JULGADO POR SENTENÇA **TRANSITADA EM JULGADO**.

CONFLITO DE LEIS PENAIS NO TEMPO

LEI POSTERIOR QUE TRAZ BENEFÍCIOS E PREJUIZOS AO RÉU

STF E STJ:

TEORIA DA PONDERAÇÃO UNITÁRIA

→ NÃO É POSSÍVEL A COMBINAÇÃO DE LEIS P/ EXTRAIR APENAS SEUS PONTOS POSITIVOS

↓
DEVE-SE APUCAR APENAS UMA DAS LEIS.

LEIS INTERMITENTES

LEIS INTERMITENTES =

LEI TEMPORÁRIA → VIGORAM DURANTE UM PERÍODO CERTO

LEI EXCEPCIONAL → VIGORAM DURANTE DETERMINADA SITUAÇÃO

→ O FATO DE ESSAS LEIS TEREM SIDO REVOGADAS (DECORRÊNCIA NATURAL) É IRRELEVANTE!

OS FATOS PRATICADOS DURANTE SUA VIGÊNCIA SERÃO REGIDOS POR ELAS, MESMO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO/ SITUAÇÃO

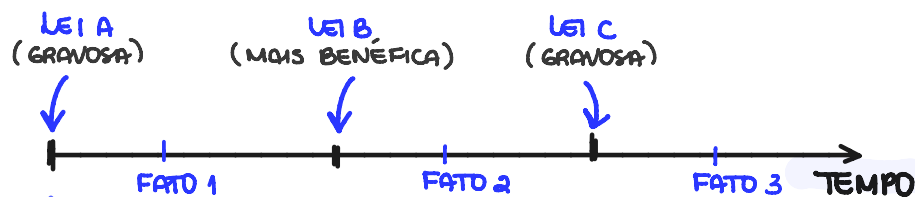
aplicação da lei penal
= NO TEMPO =

QUEM APUCA A LEI MAIS BENÉFICA/ABOLUTIVA

PROCESSO AINDA EM CURSO → JUÍZO DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

PROCESSO TRANSITADO EM JULGADO → JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL

CONFLITO ENVOLVENDO MAIS DE DUAS LEIS



A LEI B PRODURIRÁ EFEITOS EM RELAÇÃO AOS FATOS 1 E 2 MESMO APÓS SUA REVOGAÇÃO PELA LEI C.

A LEI B NÃO SURTE EFEITOS SOBRE O FATO 3 (OU OUTROS OCORRIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO)

TEMPO DO CRIME

- TEORIAS: ADOTADA PELO C.P.
- DA ATIVIDADE → QUANDO DA AÇÃO / OMISÃO (INDEPENDENTEMENTE DE QUANDO SE DER O RESULTADO)
 - DO RESULTADO → QUANDO DA OCORRÊNCIA DO RESULTADO
 - DA UBIQUIDADE / MISTA → EM AMBOS OS MOMENTOS

CRIMES PERMANENTES → LEI EM VIGOR AO FINAL DA PERMANÊNCIA DEUTIVA

CRIMES CONTINUADOS → LEI EM VIGOR À ÉPOCA DO ÚLTIMO ATO PRATICADO.

TERRITORIEDADE

- É A **REGRA GERAL** → A LEI PENAL APLICA-SE AOS CRIMES PRATICADOS EM **TERRITÓRIO NACIONAL**.



AINDA QUE POR ESTRANGEIRO
OU CONTRA VÍTIMA ESTRANGEIRA

TERRITÓRIO: ONDE HÁ SOBERANIA POLÍTICA.

↳ COMPREENDE:

- MAR TERRITORIAL
- ESPAÇO AÉREO
- SUBSOLO

↳ É TERRITÓRIO BRASILEIRO **POR EXTENSÃO**:

- NAVIOS E AERONAVES PÚBLICOS (ONDE QUER QUE SE ENCONTREM)
- NAVIOS E AERONAVES PARTICULARES EM ALTO MAR OU ESPAÇO AÉREO CORRESPONDENTE.

• PRINCÍPIO DA PASSAGEM INOCENTE:

- EMBARCAÇÃO PRIVADA ESTRANGEIRA PODE **ATRAVERSSAR** O MAR TERRITORIAL SE NÃO AMEAÇAR SUA PAZ, SEGURANÇA E BOA ORDEM.
- NESTE CASO, **NÃO** SE APLICA A LEI NACIONAL. (A QUESTÃO DEVE MENCIONAR EXPRESSAMENTE)

EXTRATERRITORIEDADE

= APLICAÇÃO DA LEI PENAL BRASILEIRA A UM CRIME NÃO OCORRIDO NO BRASIL

PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE / NACIONALIDADE

• PERSONALIDADE **ATIVA**:

APLICA-SE **LEI BRASILEIRA**, EMBORA COMETIDOS NO ESTRANGEIRO AO:

- GENOCÍDIO, POR BRASILEIRO OU RESIDENTE NO BRASIL. (INCONDICIONAL)

• CRIME PRATICADO POR BRASILEIRO, SE CUMPRIDAS **TODAS** AS CONDIÇÕES:

1. ENTRAR O AGENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
2. SER O FATO TAMBÉM PUNÍVEL NO PAÍS EM QUE PRATICADO
3. ESTAR O CRIME DENTRE DOS QUE A LEI BRASILEIRA AUTORIZA A EXTRADIÇÃO
4. NÃO TER SIDO ABSOLVIDO OU CUMPRIDO A PENA NO ESTRANGEIRO
5. NÃO TER SIDO PERDOADO NO ESTRANGEIRO OU NÃO ESTAR EXTINTA A PUNIBILIDADE.

• PERSONALIDADE **PASSIVA**:

APLICA-SE **LEI BRASILEIRA**, EMBORA COMETIDOS NO ESTRANGEIRO, AO CRIME PRATICADO CONTRA BRASILEIRO POR ESTRANGEIRO, SE:

- CONDIÇÕES **1 A 5** ACIMA,
- NÃO FOI PEDIDA OU FOI NEGADA A **EXTRADIÇÃO**,
- HOVE REQUISIÇÃO DO **MINISTRO DA JUSTIÇA**.

aplicação
DA LEI PENAL
= NO ESPAÇO =

EXTRATERRITORIEDADE

PRINCÍPIO DO DOMICÍLIO

- = APLICAÇÃO DA **LEI PENAL BRASILEIRA** A UM CRIME PRATICADO NO ESTRANGEIRO POR PESSOA **DOMICILIADA NO BRASIL** (SEM HAVER OUTROS REQUISITOS)
- APUCA-SE APENAS AO CRIME DE **GENOCÍDIO**.

PRINCÍPIO DA DEFESA/ PROTEÇÃO

- = APLICAÇÃO DA **LEI PENAL BRASILEIRA** A UM CRIME PRATICADO EM QUALQUER LUGAR E POR QUALQUER AGENTE QUE **OFENDA UM BEM JURÍDICO NACIONAL**

1. CONTRA A **VIDA OU LIBERDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
2. CONTRA O **PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ENTE FEDERADO**
EMPRESA PÚBLICA, S.E.M., AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO PÚBLICA.
3. CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR QUEM ESTÁ A SEU SERVIÇO.

- O AGENTE SERÁ PUNIDO PELA **LEI BRASILEIRA** AINDA QUE ABSOLVIDO OU CONDENADO } NO ESTRANGEIRO

→ **HÁ DISTRACÃO PENAL**

(ATENUA A PENA (SE DIVERSA) OU COMPUTA O JÁ CUMPRIDO (SE IDÊNTICAS))

PRINCÍPIO DA JUSTIÇA UNIVERSAL

- = APLICAÇÃO DA **LEI PENAL BRASILEIRA** A UM CRIME PRATICADO EM QUALQUER LUGAR E POR QUALQUER AGENTE QUE O BRASIL, POR **TRATADO OU CONVENÇÃO INTERNACIONAL**, SE OBRIGOU A REPRIMIR.

SE CUMPRIDAS **TODAS** AS CONDIÇÕES:

1. ENTRAR O AGENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
2. SER O FATO TAMBÉM PUNÍVEL NO PAÍS EM QUE PRATICADO
3. ESTAR O CRIME DENTRE DOS QUE A **LEI BRASILEIRA** AUTORIZA A EXTRADIÇÃO
4. NÃO TER SIDO ABSOLVIDO OU CUMPRIDO A PENA NO ESTRANGEIRO
5. NÃO TER SIDO PERDOADO NO ESTRANGEIRO OU NÃO ESTAR EXTINTA A PUNIBILIDADE.

PRINCÍPIO DA REPRESENTAÇÃO/BANDEIRA/PAVILHÃO

- = APLICAÇÃO DA **LEI PENAL BRASILEIRA** A UM CRIME PRATICADO NO ESTRANGEIRO, **A BORDO DE AERONAVES E EMBARCAÇÕES PRIVADAS** QUE POSSUAM **BANDEIRA BRASILEIRA**, QUANDO **NÃO** FOR JULGADO NO PAÍS EM QUE OCORRIDO.

aplicação da lei penal
= NO ESPAÇO =

TIPOS DE EXTRATERRITORIEDADE:

• INCONDICIONADA

- NÃO HÁ QUALQUER CONDICIONANTE.
- AQUELAS BASEADAS NO:
 1. PRINCÍPIO DA DEFESA OU PROTEÇÃO
 2. CRIME DE GENOCÍDIO, QUANDO O AGENTE É BRASILEIRO OU DOMICILIADO NO BRASIL

• CONDICIONADA

- DEMAIS HIPÓTESES (ART. 7º, II E §2º DO C.P.)
- EXIGE O CUMPRIMENTO DE **TODAS** AS CONDIÇÕES:

1. ENTRAR O AGENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
2. SER O FATO TAMBÉM PUNÍVEL NO PAÍS EM QUE PRATICADO
3. ESTAR O CRIME DENTRE OS QUE A LEI BRASILEIRA AUTORIZA A EXTRADIÇÃO
4. NÃO TER SIDO ABSOLVIDO OU CUMPRIDO A PENA NO ESTRANGEIRO
5. NÃO TER SIDO PERDOADO NO ESTRANGEIRO OU NÃO ESTAR EXTINTA A PUNIBILIDADE.

• HIPERCONDICIONADA

- AQUELA BASEADA NO PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE PASSIVA
- EXIGE O CUMPRIMENTO DE:
 - CONDIÇÕES **1 A 5** ACIMA,
 - NÃO FOI PEDIDA OU FOI NEGADA A EXTRADIÇÃO,
 - HOUVE REQUISIÇÃO DO **MINISTRO DA JUSTIÇA**.

aplicação
da lei penal
= NO ESPAÇO =

LUGAR DO CRIME

• TEORIAS:

- DA **ATIVIDADE** → ONDE A { AÇÃO
FOR PRATICADA. OMISÃO
(INDEPENDENTEMENTE DE
QUANDO SE DER O RESULTADO)
- DO **RESULTADO** → ONDE OCORRER
O RESULTADO
- DA **UBIQUIDADE** / MISTA → EM AMBOS OS LOCAIS
↓
ADOPTADA PELO C.P. → SÓ SE APLICA EM SITUAÇÕES EM
QUE HÁ UMA PLURALIDADE DE
PAÍSES.

MACETE:

LUGAR → UBIQUIDADE
TEMPO → ATIVIDADE
= L.U.T.A.

SUJEITO ATIVO

- QUEM **PRÁTICA A CONDUTA** DESCRITA NO TIPO PENAL (SER HUMANO)
- STF E STJ ADMITEM A RESPONSABILIDADE PENAL DA **PESSOA JURÍDICA** NOS CRIMES AMBIENTAIS.
→ NÃO MAIS SE EXIGE A DUPLA IMPUTAÇÃO

CONCURSO DE PESSOAS → É POSSÍVEL SER SUJEITO ATIVO SEM PRATICAR A CONDUTA.

IMUNIDADES DIPLOMÁTICAS

- BASEADAS NO **PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE**.
- CARÁTER **FUNCIONAL** → EM FUNÇÃO DO CARGO, NÃO DA PESSOA. (PRINCÍPIO DA ISONOMIA)
NÃO VIOLA O
- ↳ É **IRRENUNCIÁVEL!**

= **IMUNIDADE TOTAL AOS DIPLOMATAS**

(SUJEITOS APENAS À JURISDIÇÃO DE SEU PAÍS)

- + FUNCIONÁRIOS DOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS (QUANDO EM SERVIÇO)
- + SEUS FAMILIARES
- + CHEFES DE GOVERNO E MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE OUTROS PAÍSES.

IMUNIDADE DOS **CÔNSULES** + PESSOAL DE SERVIÇO DA MISSÃO DIPLOMÁTICA. → SOMENTE EM ATOS PRATICADOS EM RAZÃO DO OFÍCIO

aplicação
da lei penal
= PESSOAS =

IMUNIDADES PARLAMENTARES

- **GARANTIAS FUNCIONAIS** → **IRRENUNCIÁVEIS** (PRERROGATIVAS)
- **NÃO ABRANGEM OS SUPLENTE!**

IMUNIDADE MATERIAL

- DEPUTADOS E SENADORES SÃO **INVOLÁVEIS**, **CIVIL E PENALMENTE**, POR QUAISQUER DE SUAS **OPINIÕES, PALAVRAS, VOTOS** NO **EXERCÍCIO DE SUA FUNÇÃO**.

NO CONGRESSO NACIONAL = PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE RELAÇÃO À FUNÇÃO

- É **PERMANENTE**: PERSISTE APÓS A LEGISLATURA
- NATUREZA JURÍDICA → FATO **ATÍPICO**. (A CONDUTA NÃO CHEGA A SER ENQUADRAÇÃO)
- OBS: A IMUNIDADE DOS **VEREADORES** EXIGE QUE O ATO TENHA SIDO PRATICADO NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO.

IMUNIDADE FORMAL (SÓ DURANTE O MANDATO)

- **RELATIVA À PRISÃO**:

- DESDE A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

- = IMPOSSIBILIDADE DE SER/PERMANECER **PRESO**, SALVO:

1. **FLAGRANTE DELITO POR CRIME INAFIANÇÁVEL**, OU (AUTOS REMETIDOS À CASA EM ATÉ 24 HRS, QUE DECIDE POR MAIORIA ABSOLUTA, EM VOTAÇÃO ABERTA, SE SERÁ MANTIDA)
2. **SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (STF)**

- **RELATIVA AO PROCESSO**:

- P/ CRIMES COMETIDOS APÓS A DIPLOMAÇÃO
- PROCESSO PODE SER **SUSTADO** A PEDIDO DE PARTIDO POLÍTICO COM REPRESENTAÇÃO **NA CASA LEGISLATIVA**.
(DECISÃO: VOTO (OSTENSIVO E NOMINAL) DA MAIORIA DOS MEMBROS)

QUALQUER TIPO DE PRISÃO (INCLUSIVE PROVISÓRIAS)

SUJEITO PASSIVO

- QUEM **SOFRE A OFENSA** CAUSADA PELO SUJEITO ATIVO.

TIPOS:

1. SUJEITO PASSIVO **MEDIATO** OU **FORMAL**

- É O **ESTADO** (EM TODOS OS CRIMES!).
 ↳ TEM O DEVER DE:
 - MANTER A ORDEM PÚBLICA E
 - PUNIR AQUELES QUE COMETEM CRIMES.

2. SUJEITO PASSIVO **IMEDIATO** OU **MATERIAL**

- É O **TITULAR** DO BEM JURÍDICO EFETIVAMENTE LESADO.

↳ PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

O ESTADO TAMBÉM PODE SER SUJEITO PASSIVO **IMEDIATO** QUANDO FOR TAMBÉM O **TITULAR** DO BEM JURÍDICO.

EX.: CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

aplicação
da lei penal
= PESSOAS =

- **MORTOS E ANIMAIS** NÃO PODEM SER SUJEITOS PASSIVOS DE CRIMES → NÃO SÃO SUJEITOS DE DIREITOS!
- ↳ CRIME DE VIUPÊNDIO A CADAVER:
 SUJEITO PASSIVO = FAMILIARES DO MORTO
- CRIMES CONTRA A FAUNA:
 SUJEITO PASSIVO = COLETIVIDADE
- NINGUÉM PODE COMETER CRIME CONTRA SI MESMO.

INTERPRETAÇÃO

- = EXTRAIR O SENTIDO DA NORMA.

TIPOS:

QUANTO À ORIGEM: (FONTE)

1. LEGISLATIVA / AUTÊNTICA

- PELO AUTOR DA NORMA
- VEM NA PRÓPRIA LEI OU EM UMA NOVA (P/ ESCLARECER)

2. JUDICIAL

- PELOS ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO, NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO

3. ADMINISTRATIVA

- PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

4. DOUTRINÁRIA

- POR ESTUDIOSOS DO DIREITO (NÃO É DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA)
- A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO C.P. É CONSIDERADA INTERPRETAÇÃO DOUTRINÁRIA.

QUANTO À FINALIDADE: (EFEITO OU RESULTADOS)

1. DECLARATÓRIA

- COINCIDE COM O QUE O LEGISLADOR PRETENDIA DIZER
- DISPENSA CORREÇÕES INTERPRETATIVAS DO ALCANCE NORMATIVO.

2. EXTENSIVA

- LEGISLADOR DIZ MENOS DO QUE { PODIA DEVERIA

3. RESTRIATIVA

- LEGISLADOR DIZ MAIS DO QUE { PODIA DEVERIA

ANALOGIA

- TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO → P/ SUPRIR A FALTA DE UMA LEI.
- O APLICADOR DO DIREITO SE VALE DE UMA OUTRA NORMA (PARECIDA) DE MODO A APUCA-LA AO CASO CONCRETO.
- A ANALOGIA NUNCA PODE SER UTILIZADA P/ PREJUDICAR O RÉU. (PODE SER UTILIZADA P/ FAVORECÊ-LO)

disposições
preliminares
= INTERPRETAÇÃO do C.P.
E INTEGRAÇÃO

QUANTO AO MEIO:

1. GRAMATICAL / UTERAL / SEMÂNTICA

- ANÁLISE DAS PALAVRAS
- MÉTODO RESTRITO (NÃO DEVE SER USADO ISOLADAMENTE)

2. FINALISTA / TELEOLÓGICA

- BUSCA ENTENDER O FIM ALMEJADO PELO LEGISLADOR.

3. ANALÓGICA

- USO DE COMPARAÇÕES.
- SOMENTE NOS CASOS EM QUE A LEI ESTABELEÇA UMA FÓRMULA CASUÍSTICA (UM EXEMPLO) E CRIMINAIZE SITUAÇÕES IDÊNTICAS (FÓRMULA GENÉRICA)

CONTAGEM DE PRAZOS

- DIA DO **COMEÇO** → INCLUI-SE NO CÔMPUTO DO PRAZO (INDEPENDENTEMENTE DO HORÁRIO EM QUE OCORRER A ENTRADA)
- CONTAM-SE
 - DIAS
 - MESES PELO **CALENDÁRIO COMUM**.
 - ANOS (GREGORIANO)

Ex.: PENA DE 1 MÊS, SE INICIADA DIA 5, ESTARÁ EXTINTA NO DIA 4 DO MÊS SEGUINTE (INDEPENDENTEMENTE DE O MÊS TER 28, 29, 30 OU 31 DIAS)

→ TAMBÉM NÃO IMPORTA SE O ANO É BISSEXTO OU NÃO.

FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DE PENA

- DESPREZAM-SE NAS PENAS :
 - PRIVATIVAS DE LIBERDADE → AS FRAÇÕES DE DIA
 - RESTRITIVAS DE DIREITOS
- DE MULTA → AS FRAÇÕES DE **CRUZEIRO** (ATUALMENTE = REAL)

EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA

- SENTENÇA ESTRANGEIRA PODE SER **HOMOLOGADA NO BRASIL** PARA: (PELO STF)

1. OBRIGAR O CONDENADO A:

- REPARAÇÃO DE DANO
- RESTITUIÇÃO
- OUTROS **EFETOS CIVIS**.

→ SUA HOMOLOGAÇÃO DEPENDE DE PEDIDO DA PARTE INTERESSADA

2. SUJEITA-LO A MEDIDA DE SEGURANÇA

→ SUA HOMOLOGAÇÃO DEPENDE

- DE:
- EXISTIR TRATADO DE EXTRADIÇÃO C/ O PAÍS OU
 - REQUISIÇÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA.

SÚMULA 420 DO STF:

NÃO SE HOMOLOGA SENTENÇA PROFERIDA NO ESTRANGEIRO SEM PROVA DO TRÂNSITO EM JULGADO.

- **NÃO** HÁ POSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA PENAL ESTRANGEIRA P/ FINS DE CUMPRIMENTO DE **PENA**. (É ATO DE SOBERANIA DO ESTADO)

- A CONDENAÇÃO ANTERIOR POR CRIME (NO BRASIL OU NO ESTRANGEIRO) GERA REINCIDÊNCIA. (NÃO É NECESSÁRIA HOMOLOGAÇÃO!)

disposições
preliminares
do C.P.

ASPECTOS GERAIS

- QUANDO DUAS OU MAIS **NORMAS PENAS**, IGUALMENTE VIGENTES, SÃO APARENTEMENTE **APLICÁVEIS À MESMA SITUAÇÃO**.

↓
SÃO SOLUCIONADOS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE PRINCÍPIOS (CRITÉRIOS)

disposições preliminares do C.P.
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO C.P.
= CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAS =

PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO (ABSORÇÃO)

- UM FATO CRIMINOSO **ABSORVE** OS DEMAIS
↳ O AGENTE RESPONDE APENAS POR ESTE E NÃO PELOS DEMAIS.
- HIPÓTESES:
 - **CRIME PROGRESSIVO**: O AGENTE, QUERENDO PRATICAR UM CRIME, NECESSARIAMENTE TEM QUE PRATICAR UM CRIME MENOS GRAVE.
(EX.: LESÃO CORPORAL → HOMICÍDIO)
↳ SÓ O CRIME **MAIS GRAVE** É PUNIDO.
 - **PROGRESSÃO CRIMINOSA**: DURANTE A EMPRETTADA, O AGENTE **ALTERA SEU DOLO**. RESPONDE APENAS PELO MAIS GRAVE.
↳ SÓ O CRIME **MAIS GRAVE** É PUNIDO.
 - **ANTEFATO IMPUNÍVEL**: O AGENTE PRATICA FATOS QUE ESTÃO NA MESMA LINHA CAUSAL DO **CRIME PRINCIPAL**.
(EX.: INVASÃO DE DOMÍLIO → FURTO)
↳ SÓ O CRIME **PRINCIPAL** É PUNIDO.

PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE

NORMA ESPECIAL x **NORMA GERAL**
↑
PREVALECE!

- NÃO INTERESSA QUAL NORMA IMPÕE UMA PENA MAIS BRANDA OU GRAVOSA.
- O CÓDIGO PENAL APLICA-SE **SUBSIDIARIAMENTE** AOS CRIMES PREVISTOS EM LEI ESPECIAL.

- **PÓS-FATO IMPUNÍVEL**: O AGENTE PRATICA FATOS CRIMINOSOS, MAS CONSIDERADOS

{

EXAURIMENTO OU DESDOBRAMENTO NATURAL

 DO CRIME PRATICADO.
(EX.: FURTO → DANO)
↳ IMPUNÍVEIS.
↳ SÓ O **PRIMEIRO** CRIME É PUNIDO.

PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

- UMA É MAIS ABRANGENTE QUE A OUTRA.
 - PODE SER { EXPRESSA → "SE O FATO NÃO CONSTITUI CRIME MAIS GRAVE"
TÁCITA
- CARÁTER SUBSIDIÁRIO PODE SER AFERIDO NO CASO CONCRETO.

EX.: CRIME DE DANO

(= NORMA SUBSIDIÁRIA)

→ APLICADA QUANDO NENHUMA NORMA MAIS GRAVE FOR APLICÁVEL (PRIMÁRIA)

X

CRIME DE FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO.

(= NORMA PRIMÁRIA)

PRINCÍPIO DA ALTERNATIVIDADE

- UMA MESMA NORMA DESCREVE **DIVERSAS CONDUITAS** QUE SÃO CRIMINOSAS → A PRÁTICA DE QUALQUER UMA DELAS JÁ CONSUMA O DELITO.
- A PRÁTICA DE MAIS DE UM DELES, NO MESMO CONTEXTO FÁTICO, NÃO CONFIGURA MAIS DE UM CRIME.
- = TIPOS MISTOS ALTERNATIVOS.

disposições
PRELIMINARES
do C.P.
= CONFLITO APARENTE
DE NORMAS PENAS =

DO CRIME



CONCEITO

- ASPECTO MATERIAL:
= TODA AÇÃO HUMANA QUE $\left\{ \begin{array}{l} \text{LESA OU} \\ \text{EXPÕE A PERIGO} \end{array} \right.$ BEM JURÍDICO DE TERCEIRO.
→ QUE, POR SUA RELEVÂNCIA, MERECE PROTEÇÃO PENAL.

- ASPECTO LEGAL:
= TODA INFRAÇÃO PENAL A QUE A LEI COMINA PENA DE $\left\{ \begin{array}{l} \text{RECLUSÃO OU} \\ \text{DETENÇÃO} \end{array} \right.$

SISTEMA DICOTÔMICO: INFRAÇÃO PENAL \rightarrow CONTRAÇÃO PENAL \rightarrow CRIME

- ASPECTO ANALÍTICO:
• CORRENTE TRIPARTIDA: (ADOTADA PELO CP)
= FATO $\left\{ \begin{array}{l} \text{TÍPICO} \\ \text{LÍCITO} \\ \text{CULPÁVEL} \end{array} \right.$

ITER CRIMINIS (CAMINHO DO CRIME)

1. COGITAÇÃO

- IDEALIZAÇÃO DO CRIME (NÃO HÁ EXTERIORIZAÇÃO)
- É SEMPRE IMPUNÍVEL.

2. ATOS PREPARATÓRIOS

- O AGENTE ADOTA ALGUMAS PROVIDÊNCIAS P/ REALIZAÇÃO DO CRIME
- EM REGRA, É IMPUNÍVEL.
- ALGUNS SÃO PUNÍVEIS COMO DEITOS AUTÔNOMOS.
EX.: "PETRECHOS DE FALSIFICAÇÃO"
(ADQUIRIR MAQUINÁRIO P/ IMPRESSÃO DE NOTAS FALSAS)

3. ATOS EXECUTÓRIOS

- O AGENTE EFETIVAMENTE DÁ INÍCIO À CONDOTA DEUTUOSA POR MEIO DE ATO CAPAZ DE PROVOCAR O RESULTADO.

4. CONSUMAÇÃO

- O CRIME ATINGE SUA REALIZAÇÃO PLENA.
(TUDO O QUE É PREVISTO NO TIPO PENAL)
- = CRIME COMPLETO E ACABADO.


5. EXAURIMENTO

- É UMA ETAPA "PÓS CRIME".
(POSTERIOR À CONSUMAÇÃO)
- NÃO ALTERA A TIPIFICAÇÃO DO CRIME.

CRIME CONSUMADO

- REÚNE **TODOS OS ELEMENTOS** DE SUA DEFINIÇÃO LEGAL.
- AQUELE NO QUAL O **RESULTADO** NATURALÍSTICO EFETIVAMENTE **OCORRE**.

CRIME TENTADO

- AQUELE EM QUE, INICIADA SUA EXECUÇÃO, NÃO SE CONSUMA POR **CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À VONTADE** DO AGENTE.
(SE ELE DESISTIR VOLUNTARIAMENTE, NÃO É CASO DE TENTATIVA.)
- EM REGRA, **NÃO** ESTARÃO PRESENTES OS ELEMENTOS:
 - **RESULTADO**
 - **NEXO CAUSAL**
- ADEQUAÇÃO TÍPICA **MEDIATA**: O AGENTE **NÃO** PRÁTICA EXATAMENTE A CONDUITA PREVISTA NO TIPO PENAL 
MAS OUTRA NORMA ESTENDE O ALCANCE DO TIPO PENAL.
- **REGRA GERAL**: MESMA PENA DO CRIME CONSUMADO, DIMINUÍDA DE $\frac{1}{3}$ A $\frac{2}{3}$.

~~DO CRIME~~
= TENTATIVA =

NÃO ADMITEM TENTATIVA

- CRIMES CULPOSOS DECORE!
- CRIMES PRETERDOLOSOS
- CRIMES UNISUBSISTENTES (ÚNICO ATO)
- CRIMES OMISIVOS PRÓPRIOS
- CRIMES DE PERIGO ABSTRATO
- CONTRAÇÕES PENAS.
- CRIMES DE ATENTADO
- CRIMES HABITUAIS

TIPOS DE TENTATIVAS

- **BRANCA/INCRUENTA**: O AGENTE SEQUER ATINGE O OBJETO QUE PRETENDIA LESAR.
(EX.: ERROU O ALVO)
- **VERMELHA/CRUENTA**: O AGENTE ATINGE O OBJETO MAS NÃO OBTÉM O RESULTADO ESPERADO.
(EX.: ACERTOU O ALVO, MAS NÃO MATOU (PRETENDIA))
- **PERFEITA**: O AGENTE ESGOTA COMPLETAMENTE OS MEIOS DE QUE DISPUNHA.
- **IMPERFEITA**: O AGENTE É IMPEDIDO POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS, ANTES DE ELE ESGOTAR SEUS MEIOS.

do CRIME

CRIME IMPOSSÍVEL

- = TENTATIVA INIDÔNEA
 - ↳ ATRAVÉS DELA É IMPOSSÍVEL CONSUMAR O CRIME.
- NÃO É PUNÍVEL: TEORIA OBJETIVA DA PUNIBILIDADE DO CRIME IMPOSSÍVEL.
- POR:
 - INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO OU
(TENTAR MATAR ALGUÉM COM SAL, ACHANDO SER VENENO, OU ATIRANDO UMA ARMA DE BRINQUEDO)
 - IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DO OBJETO
(MATAR ALGUÉM JÁ MORTO)

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA

- = EXCLUSÃO DA TIPICIDADE
- O AGENTE VOLUNTARIAMENTE DESISTE DE CONSUMAR O CRIME (MESMO PODENDO FAZÊ-LO)
- É NECESSÁRIO QUE O RESULTADO NÃO SE CONSUME EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DO AGENTE.
- EX.: JOSÉ ATIRA EM MARIA P/ MATÁ-LA, ACERTA DE RASPÃO NO BRAÇO, MAS DESISTE DE ATIRAR AS DEMAIS BALAS QUE TINHA.
 - ↳ RESPONDERÁ POR LESÃO CORPORAL (NÃO POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO)
- O AGENTE SÓ RESPONDE PELOS ATOS PRATICADOS.

ARREPENDIMENTO EFICAZ

- O AGENTE JÁ PRATICOU TODOS OS ATOS QUE QUERIA E PODIA, MAS SE ARREPENDE E ADOPTA MEDIDAS P/ IMPEDIR (E CONSEGUE) SUA CONSUMAÇÃO.
- EX.: JOSÉ ATIRA EM MARIA P/ MATÁ-LA, MAS SE ARREPENDE E PRESTA SOCORRO P/ QUE ELA NÃO MORRA.
 - ↳ SE ELA MORRER, ELE RESPONDE POR HOMICÍDIO (C/ ATENUANTE DE PENALIDADE)
- O AGENTE SÓ RESPONDE PELOS ATOS PRATICADOS.

ARREPENDIMENTO POSTERIOR

- O AGENTE COMPLETA A EXECUÇÃO DO CRIME (SE CONSUMA)
- APÓS OCORRÊNCIA DO RESULTADO, O AGENTE SE ARREPENDE E

{	REPARA O DANO OU
	RESTITUI A COISA.
- SÓ PERMITIDO:
 - EM CRIMES SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA A PESSOA.
 - SE ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA OU QUEIXA.
- O AGENTE TEM A PENA REDUZIDA DE 1/3 A 2/3.

CRIME DOLOSO

DOLO

- ELEMENTO **SUBJETIVO** DO TIPO.

- **DOLO DIRETO**:

- VONTADE LIVRE E CONSCIENTE DE PRATICAR O CRIME.

- **DOLO NATURAL** =

CONSCIÊNCIA DE QUE A CONDOTA PODE LESAR UM BEM JURÍDICO

+

VONTADE DE LESÁ-LO.

→ NÃO É MAIS NECESSÁRIA A CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE (SÓ NA CULPABILIDADE)

- **DOLO DIRETO DE 2º GRAU**:

(= DE CONSEQUÊNCIAS NECESSÁRIAS)

- O AGENTE **NÃO** DESEJA DIRETAMENTE O RESULTADO, MAS O **ACEITA** COMO CONSEQUÊNCIA NECESSÁRIA DOS MEIOS EMPREGADOS. (CERTA)

- **EX.:** DERRUBAR UM AVIÃO P/ MATAR UM PASSAGEIRO.

{ PASSAGEIRO
PRETENDIDO → DOLO DIRETO DE 1º GRAU.
DEMAIS
PASSAGEIROS → DOLO DIRETO DE 2º GRAU.

- **DOLO INDIRETO**:

- **DOLO EVENTUAL**:

- CONSCIÊNCIA DE QUE A CONDOTA PODE GERAR UM RESULTADO CRIMINOSO, E **ASSUME** ESSE RISCO. ↙ POSSIBILIDADE
- O AGENTE **NÃO** DESEJA DIRETAMENTE O RESULTADO.
- **EX.:** PRÁTICA DE TIRO ESPORTIVO EM UM TERRENO, SABENDO QUE HÁ, NAS PROXIMIDADES, RESIDÊNCIAS.

- **DOLO ALTERNATIVO**:

- O AGENTE PRÁTICA A CONDOTA **SEM PRETENDER** ALCANÇAR UM RESULTADO ESPECÍFICO E ESTABELECE P/ SI QUE **QUALQUER** DOS RESULTADOS POSSÍVEIS **É VÁLIDO**.
- **EX.:** JOSÉ ATIRA UMA PEDRA EM MARIA P/ MATÁ-LA OU LESIONÁ-LA (TANTO FAZ).

DOLO ANTERCEDENTE X ATUAL X SUBSEQUENTE

DOLO ANTERCEDENTE:

- SE DÁ ANTES DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DA CONDOTA.

DOLO ATUAL:

- PRESENTE DURANTE A EXECUÇÃO DA CONDOTA.

DOLO SUBSEQUENTE:

- EMBORA TENHA INICIADO A CONDOTA C/ UMA FINALIDADE LÍCITA, ALTERA SEU ÂNIMO, PASSANDO A AGIR DE FORMA ILÍCITA.

DOLO GENÉRICO X ESPECÍFICO

DOLO GENÉRICO:

- VONTADE DE PRATICAR A CONDOTA DESCRITA NO TIPO PENAL
↳ SEM NENHUMA OUTRA FINALIDADE

DOLO ESPECÍFICO:

- O AGENTE O FAZ C/ UMA FINALIDADE ESPECÍFICA (INTENÇÃO)

CRIME
doloso

DOLO GERAL, POR ERRO SUCESSIVO

(ABERRATIO CAUSAE)

- O AGENTE, ACREDITANDO JÁ TER ALCANÇADO SEU OBJETIVO, PRÁTICA NOVA CONDOTA (C/ FINALIDADE DISTINTA), MAS DEPOIS CONSTATA QUE **ESSA ÚLTIMA** FOI A QUE EFETIVAMENTE **CAUSOU O RESULTADO**.

EX.: JOSÉ ESTRANGULA MARIA P/ MATÁ-LA E, C/ MEDO DE ENCONTRAREM SEU CORPO, A JOGA NO RIO. DEPOIS DESCOBRE QUE ELA MORREU AFOGADA.

CRIME PRETERDOLOSO

- A AGENTE QUERENDO PRATICAR DETERMINADO CRIME (C/ DOLO), ACABA POR PRATICAR OUTRO MAIS GRAVE (POR CULPA).

DOLO



CULPA

EX.: **LESÃO CORPORAL** SEGUIDA DE **MORTE**.
(DOLO) (CULPA)

CULPA

- A CONDOTA DO AGENTE É DESTINADA A UM DETERMINADO FIM (ÚTIL OU NÃO), MAS, PELA VIOLAÇÃO A UM DEVER DE CUIDADO, O AGENTE ACABA POR LESAR UM BEM JURÍDICO DE TERCEIRO.
- NÃO EXISTE "COMPENSAÇÃO DE CULPAS": AMBAS AS PARTES RESPONDEM NA MODALIDADE CULPOSA.

CRIME CULPOSO

- SUA PUNIBILIDADE ADVÉM DO **DESVALOR DO RESULTADO** OBTIDO.
(EMBORA O DESVALOR DA CONDOTA SEJA MENOR)
- **ELEMENTOS**:
 - CONDOTA VONTÁRIA
 - VIOLAÇÃO DE UM DEVER OBJETIVO DE CUIDADO.
 - RESULTADO NATURALÍSTICO INVONTÁRIO
 - NEXO CAUSAL
 - TIPICIDADE
(SÓ SÃO PUNÍVEIS A TÍTULO DE CULPA AQUELES CRIMES EXPRESSAMENTE PREVISTOS EM LEI)
 - PREVISIBILIDADE OBJETIVA
(O RESULTADO DEVE SER PREVISÍVEL MEDIANTE UM ESFORÇO INTELLECTUAL RAZOÁVEL - POR UMA PESSOA COMUM)

VIOLAÇÃO DE UM DEVER DE CUIDADO

- **NEGUGÊNCIA** → O AGENTE DEIXA DE TOMAR AS **CAUTELAS NECESSÁRIAS** P/ QUE SUA CONDOTA NÃO LESE O BEM JURÍDICO DE TERCEIRO.
- **IMPRUDÊNCIA** → O AGENTE PRÁTICA **ACTOS TEMERÁRIOS** QUE NÃO SE COADUNA C/ A PRUDÊNCIA QUE SE DEVE TER NA VIDA EM SOCIEDADE.
- **IMPERÍCIA** → O AGENTE DESCONHECE UMA REGRA TÉCNICA PROFISSIONAL.

MODALIDADE

- CULPA **CONSCIENTE**: O AGENTE PREVÊ O RESULTADO POSSÍVEL, MAS REAMENTE ACREDITA QUE ELE NÃO IRÁ OCORRER.
- CULPA **INCONSCIENTE**: O AGENTE NÃO PREVÊ QUE O RESULTADO POSSA OCORRER.
- CULPA **PRÓPRIA**: O AGENTE NÃO QUER O RESULTADO (É A CULPA PROPRIAMENTE DITA)
- CULPA **IMPRÓPRIA**: O AGENTE QUER O RESULTADO, MAS, POR ERRO INESCUSÁVEL, ACREDITA QUE ESTÁ AMPARADO POR UMA CAUSA EXCUDENTE DA ILICITUDE OU DA CULPABILIDADE.

crime
culposo

ASPECTOS GERAIS

- FATO TÍPICO:
 - CONDOTA
 - RESULTADO NATURALÍSTICO
 - TIPICIDADE
 - NEXO DE CAUSALIDADE
- É UM DOS ELEMENTOS DO CRIME.

= FATO { TÍPICO
ILÍCITO
CULPÁVEL

fato
FATO
TÍPICO

TIPICIDADE

- TIPICIDADE FORMAL:
 - ADEQUAÇÃO DA CONDOTA DO AGENTE A UMA PREVISÃO TÍPICA. (= SUBSUNÇÃO)
- ADEQUAÇÃO IMEDIATA: A CONDOTA DO AGENTE É EXATAMENTE AQUELA PREVISTA.
 - ADEQUAÇÃO MEDIATA: A CONDOTA DO AGENTE NÃO CORRESPONDE AO TIPO PENAL, DEVE HAVER UMA NORMA DE EXTENÇÃO.
- TIPICIDADE MATERIAL:
 - OCORRÊNCIA DE UMA OFENSA SIGNIFICATIVA AO BEM JURÍDICO TUTELADO.

(NÃO HÁ TIPICIDADE MATERIAL QUANDO A CONDOTA, AINDA QUE FORMALMENTE TÍPICA, NÃO AFETA SIGNIFICATIVAMENTE O BEM JURÍDICO (EX.: PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA))

RESULTADO NATURALÍSTICO

- = MODIFICAÇÃO DO MUNDO REAL (PELA CONDOTA DO AGENTE)
- SÓ É EXIGIDO NOS CRIMES MATERIAIS.
 - CRIMES FORMAIS: O RESULTADO NATURALÍSTICO PODE OU NÃO OCORRER (É IRRELEVANTE)
 - CRIMES DE MERA CONDOTA: NÃO HÁ UM RESULTADO NATURALÍSTICO POSSÍVEL.

RESULTADO JURÍDICO (OU NORMATIVO):
= LESÃO AO BEM JURÍDICO TUTELADO (ESTÁ SEMPRE PRESENTE)
• NÃO HÁ CRIME SEM RESULTADO JURÍDICO!

CONDUTA

- TEORIA FINALISTA: (ADOPTADA PELO CP)
 - ASPECTO SUBJETIVO ← CONDOTA = VONTADE + AÇÃO/OMISSÃO → ASPECTO OBJETIVO
 - ↳ AÇÃO VOLUNTÁRIA DIRIGIDA A UMA FINALIDADE.
- TEORIA CAUSAL - NATURALÍSTICA:
 - CONDOTA = AÇÃO HUMANA. (NÃO LEVA EM CONTA A VONTADE DO AGENTE)
- TEORIA SOCIAL:
 - CONDOTA = AÇÃO VOLUNTÁRIA DOTADA DE ALGUMA RELEVÂNCIA SOCIAL.

ASPECTOS GERAIS

- CONDOTA $\xrightarrow[\text{CAUSAL}]{\text{NEXO}}$ RESULTADO NATURALÍSTICO
- SÓ SE APLICA AOS CRIMES MATERIAIS.

FATO
TÍPICO
NEXO DE
CAUSALIDADE =

TEORIA DA EQUIVALÊNCIA DOS ANTECEDENTES

(CONDITIO SINE QUA NON)

- CAUSA = CONDOTA SEM A QUAL O RESULTADO NÃO TERIA OCORRIDO.

→ PROCESSO HIPOTÉTICO DE ELIMINAÇÃO DE THYRÉN

PROBLEMA: SITUAÇÕES ABSURDAS

(EX.: NASCIMENTO DO AGENTE COMO CAUSA DE CRIME)

USO DE UM FILTRO: O DOLO.

- CAUSA = CONDOTA SEM A QUAL O RESULTADO NÃO TERIA OCORRIDO + PREVISTA E QUERIDA PELO AGENTE

→ ADOTADA PELO CP (REGRA GERAL)

TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA (ROXIN)

- A CONDOTA DEVE CRIAR OU AUMENTAR UM RISCO PROIBIDO PELO DIREITO. DEVE SER CRIADO PELO RESULTADO

- A IMPUTAÇÃO SÓ PODE OCORRER SE :

CAUSALIDADE FÍSICA + CAUSALIDADE NORMATIVA

(AGENTE DEU CAUSA AO FATO)

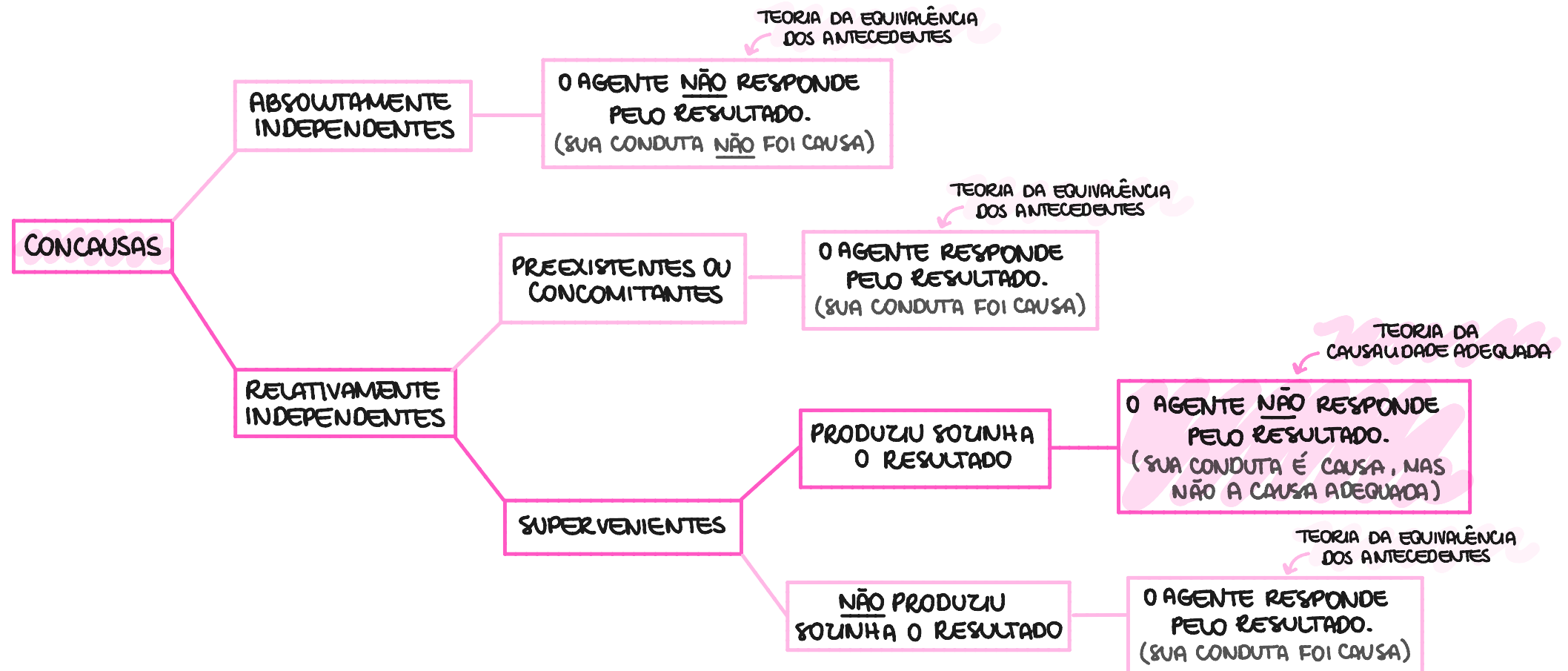
TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA

- ADOPTADA PELO CP NO CASO DE CONCAUSA SUPERVENIENTE RELATIVAMENTE INDEPENDENTE QUE, POR SI SÓ, PRODUZ O RESULTADO.

→ O AGENTE NÃO RESPONDE PELO RESULTADO.
(SUA CONDOTA É CAUSA, MAS NÃO A CAUSA ADEQUADA)

CONCAUSAS = CIRCUNSTÂNCIAS QUE ATUAM **PARALELAMENTE** À CONDOTA DO AGENTE EM RELAÇÃO AO RESULTADO.

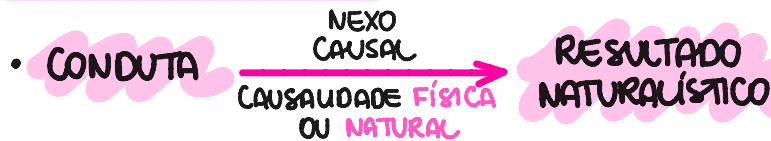
fato
típico
NEXO DE
CAUSALIDADE =



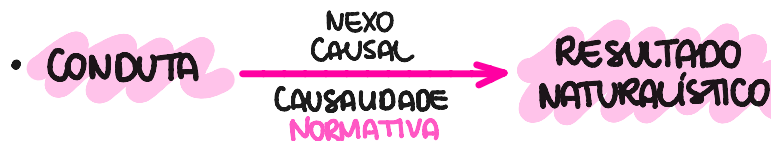
CRIMES OMISSIVOS IMPUROS (OU IMPRÓPRIOS)

- = CRIMES COMISSIVOS POR OMISSÃO
- O AGENTE É RESPONSABILIZADO POR UM RESULTADO LESIVO.
 - ↳ SE OMITIU QUANDO HAVIA UM DEVER LEGAL DE AGIR, NÃO IMPOSTO ÀS PESSOAS EM GERAL.
- EX.: MÃE NÃO INTERFERE QUANDO SUA FILHA É ESTUPRADA.
 - ↳ RESPONDERÁ PELO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. (TINHA O ESPECÍFICO DEVER DE PROTEÇÃO E CUIDADO)
- A ANÁLISE DO RESULTADO É PENALMENTE RELEVANTE.
- NÃO HÁ RESULTADO NATURALÍSTICO DA OMISSÃO, MAS, PELA TEORIA NATURALÍSTICO - NORMATIVA, O RESULTADO SERÁ IMPUTADO A QUEM SE OMITIU, POR TER DESCUMPRIDO UM DEVER DE VIGILÂNCIA E CUIDADO.

CRIMES COMISSIVOS:



CRIMES COMISSIVOS POR OMISSÃO:



FATO TÍPICO
NEXO DE CAUSALIDADE =
CRIMES OMISSIVOS



CRIMES OMISSIVOS PUROS (OU PRÓPRIOS)

- O AGENTE SE OMITE QUANDO O TIPO PENAL DEFINE A OMISSÃO COMO DEUTO.
 - ↳ A NORMA DEFINIA UM DEVER DE AGIR.
- EX.: OMISSÃO DE SOCORRO (ART. 135 DO CP)
- É IRRELEVANTE A ANÁLISE DO RESULTADO.

CAUSAS DE EXCLUSÃO DO FATO TÍPICO

COAÇÃO FÍSICA IRRESISTÍVEL (MORAL, NÃO!)

- EXCLUI A CONDOTA, POR **AUSÊNCIA** COMPLETA DE **VONTADE** DO AGENTE COAGIDO.
(A COAÇÃO **MORAL** EXCLUI A CULPABILIDADE)
- EX.: JOSÉ FORÇA FÍSICAMENTE MARIA A APERTAR O GATILHO E MATAR JOANA.

ERRO DE TIPO INEVITÁVEL

- O AGENTE PRÁTICA O FATO TÍPICO POR INCIDIR EM **ERRO SOBRE** UM DE SEUS **ELEMENTOS**.
↳ SE ERRO **INEVITÁVEL** → EXCLUI DOLO E CULPA
(O AGENTE **NÃO** RESPONDE POR CRIME)
- EX.: A PESSOA PEGA O CELULAR DE OUTRA PESSOA NA MESA ACREDITANDO QUE ERA SEU:
 - PRATICOU FURTO
 - ERROU SOBRE O ELEMENTO "**COISA ALHEIA**".

FATO TÍPICO
fato típico
= EXCLUSÃO =

SONAMBULISMO E ATOS REFLEXOS

- O AGENTE **NÃO TEM CONTROLE** SOBRE SUA AÇÃO E OMISÃO.
↳ NÃO HÁ DOLO OU CULPA.
- EX.: JOSÉ TOMA UM SUSTO E ACERTA O COTOVELO EM MARIA.

LEMBRE - SE :

ASPECTO SUBJETIVO ←
CONDOTA = VONTADE + AÇÃO/OMISSÃO
↳ AÇÃO **VOLUNTÁRIA** DIRIGIDA A UMA **FINALIDADE**.
ASPECTO OBJETIVO

INSIGNIFICÂNCIA E

ADEQUAÇÃO SOCIAL DA CONDUTA

- **INSIGNIFICÂNCIA** → AUSÊNCIA DE OFENSA SIGNIFICATIVA AO BEM JURÍDICO TUTELADO.
- EX.: FURTO DE UMA UVA DE UM SUPERMERCADO.
- **ADEQUAÇÃO SOCIAL** → TOLERÂNCIA DA SOCIEDADE FRENTE UMA CONDOTA TIPIFICADA COMO CRIME
- EX.: QUANDO ADULTÉRIO ERA CRIME.
- HÁ EXCLUSÃO DO FATO TÍPICO, POIS **NÃO** HÁ **TIPICIDADE MATERIAL**.

ASPECTOS GERAIS

- = CONTRARIEDADE DA CONDOTA PERANTE O DIREITO (ANTIJURIDICIDADE)
- P/ QUE A CONDOTA SEJA ENQUADRADA COMO FATO TÍPICO, ELA DEVE SER ILÍCITA.
- HAVENDO FATO TÍPICO, PRESUME-SE PRESENTE A ILICITUDE → O ACUSADO DEVE COMPROVAR A EXISTÊNCIA DE UMA CAUSA DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE.

CAUSAS DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE

- GENÉRICAS → APLICAM-SE A TODO E QUALQUER CRIME.
 - PREVISTAS NO ART. 23 DO CP.
 - SÃO ELAS:
 - LEGÍTIMA DEFESA
 - ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL
 - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO
 - ESTADO DE NECESSIDADE
- ESPECÍFICAS → PRÓPRIAS DE DETERMINADOS CRIMES (NÃO SE APLICAM AOS DEMAIS)
- CAUSAS SUPRALEGAIS = CONSENTIMENTO DO OFENDIDO (BENS DISPONÍVEIS)
 - ↓
 - NÃO PREVISTAS EM LEI, DECORREM DA LÓGICA.

ilicitude

ESTADO DE NECESSIDADE

- QUEM PRÁTICA O FATO P/ SALVAR DE PERIGO ATUAL, IMINENTE, NÃO!
QUE { NÃO PROVOCOU POR SUA VONTADE
NÃO PODIA DE OUTRO MODO EVITAR
- DIREITO PRÓPRIO OU ALHEIO CUYO SACRIFÍCIO NÃO ERA RAZOÁVEL EXIGIR-SE.
- O BEM JURÍDICO PROTEGIDO DEVE SER DE VALOR IGUAL OU SUPERIOR AO SACRIFICADO.
 - SE FOR DE VALOR INFERIOR, O AGENTE RESPONDE PELO CRIME, MAS TEM SUA PENA DIMINUÍDA DE 1/3 A 2/3.
- O AGENTE NÃO PODE TER O DEVER JURÍDICO DE ENFRENTAR O PERIGO.
EX.: BOMBEIROS EM UM INCÊNDIO.

TIPOS:

- ESTADO DE NECESSIDADE AGRESSIVO:
 - O AGENTE SACRIFICA BEM JURÍDICO DE TERCEIRO QUE NÃO PROVOCOU A SITUAÇÃO DE PERIGO
- ESTADO DE NECESSIDADE DEFENSIVO:
 - O AGENTE SACRIFICA BEM JURÍDICO DAQUELE QUE PROVOCOU A SITUAÇÃO DE PERIGO
- REAL → O PERIGO REALMENTE EXISTE.
- PUTATIVO → O PERIGO SÓ EXISTE NA IMAGINAÇÃO DO AGENTE.
 - ERRO ESCUSÁVEL: AGENTE NÃO RESPONDE
 - ERRO INESCUSÁVEL: AGENTE RESPONDE PELO CRIME NA MODALIDADE CULPOSA, SE HOUVER PREVISÃO LEGAL

LEGÍTIMA DEFESA

REQUISITOS:

- **AGRESSÃO INJUSTA**
(SE A AGRESSÃO É JUSTA, NÃO CABE LEGÍTIMA DEFESA)
- **ATUAL OU IMINENTE**
↳ DIFERENTE DO ESTADO DE NECESSIDADE
- **AGRESSÃO CONTRA DIREITO PRÓPRIO OU ALHEIO**
CABE LEGÍTIMA DEFESA DE TERCEIROS. ↳
- O AGREDIDO **NÃO É OBRIGADO** A FUGIR DE SEU AGRESSOR → AINDA QUE POSSÍVEL FUGIR, ELE PODE REAGIR.

NÃO CABE LEGÍTIMA DEFESA
CONTRA LEGÍTIMA DEFESA

CUIDADO!

ATAQUE POR ANIMAL:

- **CONTROLADO POR ALGUÉM** = LEGÍTIMA DEFESA
(COMO INSTRUMENTO DE UM CRIME) (EM FACE DO DONO)
- **DE FORMA INDEPENDENTE** = ESTADO DE NECESSIDADE

TIPOS:

LEGÍTIMA DEFESA AGRESSIVA:

- O AGENTE DEFENDE-SE PRATICANDO UM FATO PREVISTO COMO **INFRAÇÃO PENAL**.

LEGÍTIMA DEFESA DEFENSIVA:

- O AGENTE DEFENDE-SE **SEM ATACAR** NENHUM BEM JURÍDICO DO AGRESSOR.

REAL → A AGRESSÃO/IMINÊNCIA REALMENTE EXISTE.

PUTATIVO → A AGRESSÃO/IMINÊNCIA SÓ EXISTE NA IMAGINAÇÃO DO AGENTE.

ERRO **ESCUSÁVEL**: AGENTE NÃO RESPONDE

ERRO **INESCUSÁVEL**: AGENTE RESPONDE PELO CRIME NA MODALIDADE CULPOSA, SE HOUVER PREVISÃO LEGAL.

ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL

- O AGENTE PRÁTICA UM **FATO TÍPICO**, MAS EM CUMPRIMENTO A UM **DEVER PREVISTO EM LEI**.
- **EX.:** POLICIAL TEM O DEVER DE MANTER A ORDEM PÚBLICA, EVENTUAIS LESÕES CORPORAIS CAUSADAS EM UMA PERSEGUIÇÃO NÃO SÃO CONSIDERADAS ILÍCITAS.
- **COMUNICABILIDADE**: EXTENDE-SE A **TERCEIRO** QUE COLABORA C/ AQUELE QUE AGE EM CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL
- APUCA-SE A { **FUNÇÃOÁRIOS PÚBLICOS E PARTICULARES**.

EX.: ADVOGADOS QUE SE NEGAM A TESTEMUNHAR S/ FATO CONHECIDO EM RAZÃO DA PROFISSÃO.

ilicitude

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- CABE LEGÍTIMA DEFESA **SUCESIVA**:
CONTRA O EXCESSO DE LEGÍTIMA DEFESA.
- CABE LEGÍTIMA DEFESA **REAL** FRENTE LEGÍTIMA DEFESA **PUTATIVA**.
- CABE LEGÍTIMA DEFESA EM FACE DE CONDOTA ACOBERTADA POR **EXCLUSÃO DE CULPABILIDADE**.
(A AGRESSÃO É TÍPICA E ILÍCITA)
- **NÃO CABE** LEGÍTIMA DEFESA EM FACE DE:
 - QUALQUER CAUSA DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE
 - LEGÍTIMA DEFESA **REAL**

EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO

- VISA PRESERVAR A COERÊNCIA DO SISTEMA JURÍDICO.
- O DIREITO DEVE ESTAR PREVISTO EM LEI.

EX.:

- **ATLETAS** NO OCTAGON DE LUTA.
↳ NÃO RESPONDEM POR LESÃO CORPORAL (DENTRO DAS REGRAS DO ESPORTE)
- "AMEAÇAR" PROCESSAR ALGUÉM (COM RAZÃO) NÃO CONFIGURA CRIME DE AMEAÇA.

CAUSAS DE EXCLUSÃO SUPRALEGAIS

CONSENTIMENTO DO OFENDIDO

- REQUISITOS:
 - CONSENTIMENTO DEVE SER **VÁLIDO**.
(Pessoa capaz, sã, sem vícios)
 - BEM JURÍDICO DEVE SER **PRÓPRIO E DISPONÍVEL**
(NÃO PODE SER, POR EXEMPLO, A VIDA)
 - CONSENTIMENTO DEVE SER **PRÉVIO** OU **CONCOMITANTE** À CONDUTA.

ILICITUDE

EXCESSO PUNÍVEL

- É O **EXERCÍCIO IRREGULAR** DE UMA CAUSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE.
(APLICA-SE A TODAS)
- O AGENTE RESPONDE PELO EXCESSO **DULOSO** OU **CULPOSO**.

TIPOS:

- **EXTENSIVO** → CESOU A CIRCUNSTÂNCIA QUE PERMITIA SEU EXERCÍCIO.
- **INTENSIVO** → MEIO UTILIZADO NÃO FOR PROPORCIONAL.

CONCEITO

- = JUÍZO DE REPROVABILIDADE ACERCA DA CONDUITA DO AGENTE.
↳ CONSIDERANDO-SE SUAS CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS.
- OBJETO DE ESTUDO = O AGENTE.

TEORIAS

TEORIA PSICOLÓGICA:

- O AGENTE ERA CUPÁVEL SE ERA IMPUTÁVEL NO MOMENTO DO CRIME + AGIU C/ DOLO OU CULPA.

TEORIA NORMATIVA (= PSICOLÓGICO - NORMATIVA):

CULPABILIDADE =

- | | | | |
|-------------------------------------|---|--------------------------|--------------------------------------|
| IMPUTÁVEL NO MOMENTO DO CRIME | + | AGIU C/ DOLO OU CULPA. | } JUÍZO DE REPROVAÇÃO SOBRE O AGENTE |
| + EXIGIBILIDADE DE CONDUITA DIVERSA | + | CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE | |

TEORIA EXTREMADA DA CULPABILIDADE:

(= NORMATIVA PURA)

CULPABILIDADE =

- | | | | | |
|-------------------------------|---|-----------------------------------|---|--------------------------|
| IMPUTÁVEL NO MOMENTO DO CRIME | + | EXIGIBILIDADE DE CONDUITA DIVERSA | + | CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE |
|-------------------------------|---|-----------------------------------|---|--------------------------|

↳ O DOLO E A CULPA FORAM P/ O FATO TÍPICO.

CULPABILIDADE

TEORIA LIMITADA DA CULPABILIDADE:

(ADOPTADA PELO CP)

- DIFERENCIADA DA EXTREMADA PELO TRATAMENTO DISPENSADO ÀS DISCRIMINANTES PUTATIVAS.

ERROS SOBRE CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO

DIVIDE AS DISCRIMINANTES PUTATIVAS EM:

- ERRO SOBRE PRESUPOSTO FÁTICO DA CAUSA DE JUSTIFICAÇÃO:

- APLICAM-SE AS MESMAS REGRAS DO ERRO DE TIPO.

- = ERRO DE TIPO PERMISSIVO.

- ERRO SOBRE EXISTÊNCIA/LIMITES JURÍDICOS DA CAUSA DE JUSTIFICAÇÃO:

- APLICAM-SE AS MESMAS REGRAS DO ERRO DE PROIBIÇÃO.

- = ERRO SOBRE ILICITUDE DA CONDUITA.

CULPABILIDADE

ELEMENTOS

- SÃO ELEMENTOS DA CULPABILIDADE:
 - IMPUTABILIDADE PENAL
 - POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE
 - EXIGIBILIDADE DE CONDOTA DIVERSA

IMPUTABILIDADE PENAL

- = CAPACIDADE MENTAL DE:
 - ENTENDER O CARÁTER ILÍCITO DA CONDOTA
 - + COMPORTAR-SE CONFORME O DIREITO.
- DEVE SER AFERIDA NO MOMENTO EM QUE OCORREU O FATO CRIMINOSO.
- SISTEMAS:
 - **Biológico** → BASTA A EXISTÊNCIA DA DOENÇA MENTAL OU DETERMINADA IDADE.
 - ↳ ADOTADO PELO CP C/ RELAÇÃO À IDADE: MENOR DE 18 ANOS = INIMPUTÁVEL.
 - **Psicológico** → SÓ SE APURA NO CASO CONCRETO.
 - **Biopsicológico** → EXISTÊNCIA DA DOENÇA MENTAL + ANÁLISE DO CASO CONCRETO.
 - ↳ ADOTADO PELO CP (REGRA GERAL)

HIPÓTESES IMPORTANTES:

- **MENOR DE 18 ANOS:**
 - CRITÉRIO BIOLÓGICO E TAXATIVO
 - MENOR DE 18 ANOS = INIMPUTÁVEL

NÃO HÁ PROCESSO PENAL (RESPONDE PERANTE O ECA)
- **DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO / RETARDADO:**
 - SE **INTEIRAMENTE** INCAPAZ DE ENTENDER O CARÁTER ILÍCITO DA CONDOTA = INIMPUTÁVEL.
 - ISENTO DE PENA, MAS O JUIZ APLICARÁ UMA MEDIDA DE SEGURANÇA. (SENTENÇA ABSOLUTÓRIA IMPRÓPRIA)
 - SE **PARCIALMENTE** INCAPAZ DE ENTENDER O CARÁTER ILÍCITO DA CONDOTA = SEMI-IMPUTÁVEL.
 - SERÁ APLICADA A PENA, MAS REDUZIDA DE $\frac{1}{3}$ A $\frac{2}{3}$.
 - EMBRIAGUEZ PATOLÓGICA → DOENÇA MENTAL.
- **EMBRIAGUEZ:**

VOLUNTÁRIA (DOLOSA OU CULPOSA)	IMPUTÁVEL
PRE ORDENADA (P/ TOMAR CORAGEM E PRATICAR O CRIME)	IMPUTÁVEL + AGRAVANTE
ACIDENTAL (CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR)	COMPLETA
	PARCIAL
	INIMPUTÁVEL
	IMPUTÁVEL + DIMINUIÇÃO DE PENA

CULPABILIDADE

POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE

- É A POSSIBILIDADE DE O AGENTE (^{DE ACORDO C/ SUAS CARACTERÍSTICAS}) CONHECER O CARÁTER ILÍCITO DO FATO.
- SE O AGENTE AGE ACREDITANDO QUE SUA ATITUDE NÃO É PENALMENTE ILÍCITA, COMETE ERRO DE PROIBIÇÃO.

ANÁLISE
PESSOAL

EXIGIBILIDADE DE CONDOTA DIVERSA

- POSSIBILIDADE DE O AGENTE AGIR DE OUTRA FORMA.

FUNDAMENTA DUAS CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE:

- COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL:

- ALGUÉM COAGE O AGENTE A PRATICAR DETERMINADOS CRIMES
↳ SOB AMEAÇA DE LHE FAZER UM MAL GRAVE.

SÓ SE APLICA AOS
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS!

- OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA:

- O AGENTE COMETE O CRIME EM OBEDIÊNCIA A UMA ORDEN ILEGAL PROFERIDA POR SEU
↳ A ORDEN NÃO PODE SER MANIFESTAMENTE ILEGAL.

SUPERIOR HIERÁRQUICO.

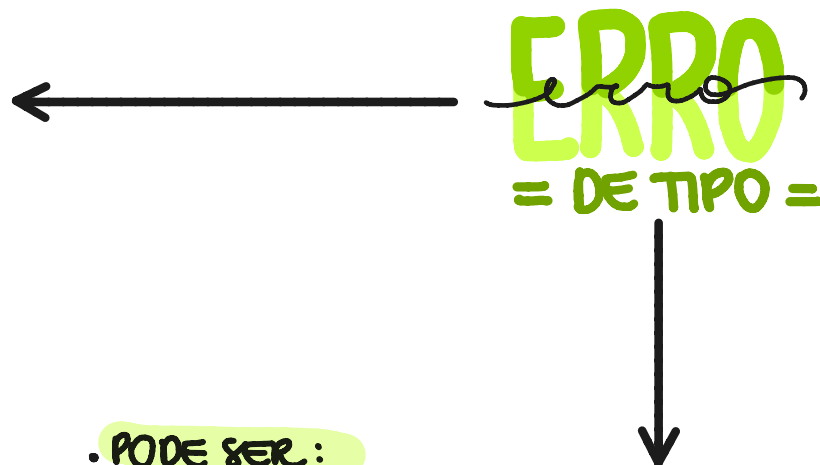
- SE O AGENTE SOUBER QUE A ORDEN É ILEGAL, ELE RESPONDERÁ PELO CRIME JUNTAMENTE C/ QUEM DEU A ORDEN.

ERRO DE TIPO ESSENCIAL

- = "ERRO SOBRE ELEMENTO CONSTITUTIVO DO TIPO PENAL".
- HÁ UMA REPRESENTAÇÃO ERRÔNEA DA **REALIDADE**.
- O AGENTE **ACREDITA** NÃO SE VERIFICAR A PRESENÇA DE UM DOS ELEMENTOS ESSENCIAIS DO TIPO PENAL.
- EX.: CRIME DE DESACATO → SE O AGENTE DESCONHECE A QUALIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO DA VÍTIMA = ERRO DE TIPO.
- PODE OCORRER NOS CRIMES **OMISSIVOS IMPRÓPRIOS** (COMISSIVOS POR OMISÃO):
 - O AGENTE PODE **DESCONHECER** SUA CONDIÇÃO DE **GARANTIDOR** NO CASO CONCRETO. (EX.: NÃO PERCEBE QUE A VÍTIMA É SEU FILHO)

ERRO DE TIPO PERMISSIVO

- = DISCRIMINANTES PUTATIVAS
- ERRO SOBRE OS PRESUPOSTOS OBJETIVOS DE UMA CAUSA DE JUSTIFICAÇÃO.
(EXCIDENTE DE ILCITUDE)



• PODE SER:

• **ESCUSÁVEL:**

O AGENTE **NÃO PODERIA**, c/ UM EXERCÍCIO MENTAL RAZOÁVEL, **CONHECER**, DE FATO, A PRESENÇA DO ELEMENTO DO TIPO.

• **INESCUSÁVEL:**

O AGENTE **PODERIA**, c/ UM EXERCÍCIO MENTAL RAZOÁVEL, **CONHECER** O ELEMENTO DO TIPO E AGIDO DE FORMA DIVERSA.

ERRO DE TIPO ACIDENTAL

- = ERRO NA **EXECUÇÃO** DO FATO CRIMINOSO OU DESVIO NO **NEXO CAUSAL**.
(CONDUITA → RESULTADO)

• TIPOS:

- ERRO SOBRE A PESSOA
- ERRO SOBRE O NEXO CAUSAL
- ERRO NA EXECUÇÃO
- ERRO SOBRE O CRIME
- ERRO SOBRE O OBJETO

ERRO SOBRE A PESSOA

- O AGENTE PRÁTICA O ATO CONTRA **PESSOA DIVERSA** DA PESSOA VISADA.
(POR CONFUNDI-LAS)
- O AGENTE RESPONDERÁ COMO SE TIVESSE PRATICADO O CRIME **CONTRA A PESSOA VISADA**.
(NÃO CONTRA QUEM EFETIVAMENTE PRATICOU)
- = TEORIA DA EQUIVALÊNCIA.

- EX.: A MÃE ACHOU QUE ESTAVA MATANDO SEU FILHO, MAS ERA OUTRO NENÉM.
- RESPONDERÁ POR **INFANTICÍDIO**
("MATAR (...) O PRÓPRIO FILHO")

ERRO SOBRE O NEXO CAUSAL

- O AGENTE ALCANÇA O RESULTADO PRETENDIDO, MAS POR UM **NEXO CAUSAL DIFERENTE** DO PLANEJADO.

• TIPOS:

• ERRO SOBRE O NEXO CAUSAL EM SENTIDO ESTRITO:

- O AGENTE, C/**UM SÓ ATO**, PROVOCA O RESULTADO PRETENDIDO.
- O AGENTE RESPONDERÁ PELO QUE **EFETIVAMENTE ACONTECEU**.

EX.: JOSÉ ATIRA CONTRA MARIA P/ MATÁ-LA, ELA CAI NA PISCINA E MORRE AFOGADA.

• DOLUS GERAL OU ABSTRATO:

- O AGENTE, ACREDITANDO JÁ TER ALCANÇADO SEU OBJETIVO, PRÁTICA NOVA CONDUITA (C/ FINALIDADE DISTINTA), MAS DEPOIS CONSTATA QUE **ESSA ÚLTIMA** FOI A QUE EFETIVAMENTE **CAUSOU O RESULTADO**.

EX.: JOSÉ ESTRANGULA MARIA P/ MATÁ-LA E, C/ MEDO DE ENCONTRAREM SEU CORPO, A JOGA NO RIO. DEPOIS DESCOBRE QUE ELA MORREU AFOGADA.

ERRO

ERRO DE TIPO ACIDENTAL

ERRO NA EXECUÇÃO

- O AGENTE ATINGE **PESSOA DIVERSA** POR ERRO NA **HORA DE EXECUTAR** O DELITO. (NÃO CONFUNDE A PESSOA)
PODE DECORRER DE MERO ACIDENTE NA EXECUÇÃO
- O AGENTE RESPONDERÁ COMO SE TIVESSE PRATICADO O CRIME **CONTRA A PESSOA VISADA**.

TIPOS:

ERRO NA EXECUÇÃO C/ UNIDADE SIMPLES:

- O AGENTE ATINGE SOMENTE A PESSOA **DIVERSA**.
- O AGENTE RESPONDERÁ COMO SE TIVESSE PRATICADO O CRIME **CONTRA A PESSOA VISADA**.

ERRO NA EXECUÇÃO C/ UNIDADE COMPLEXA:

- O AGENTE ATINGE:

PESSOA DIVERSA + VÍTIMA ORIGINALMENTE PRETENDIDA

- O AGENTE RESPONDERÁ PELOS **DOIS CRIMES**, EM CONCURSO FORMAL.

ERRO SOBRE O CRIME

(OU RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO)

- O AGENTE PRETENDIA COMETER UM CRIME, MAS, POR { ACIDENTE OU ERRO NA EXECUÇÃO, ACABA COMETENDO **OUTRO**.
- O AGENTE RESPONDERÁ PELOS **DOIS CRIMES**.

TIPOS:

ERRO SOBRE O CRIME C/ UNIDADE SIMPLES:

- **PESSOA VISADA**, **COISA ATINGIDA**:
 - RESPONDE PELO **DOLO** EM RELAÇÃO À **PESSOA**.
- **COISA VISADA**, **PESSOA ATINGIDA**:
 - RESPONDE APENAS PELO **RESULTADO** EM RELAÇÃO À **PESSOA**.

ERRO SOBRE O CRIME C/ UNIDADE COMPLEXA:

- O AGENTE ATINGE:

PESSOA/COISA DIVERSA + **PESSOA/COISA PRETENDIDA**

- O AGENTE RESPONDERÁ PELOS **DOIS CRIMES**, EM CONCURSO FORMAL.

CUIDADO!

NÃO EXISTE CRIME DE DANO CULPOSO.

ERRO

ERRO DE TIPO ACIDENTAL

ERRO SOBRE O OBJETO

- O AGENTE ERRA SOBRE A COISA VISADA.
 - ELE RESPONDERÁ PELO CRIME EFETIVAMENTE PRATICADO.
 - EXEMPLO: IA FURTAR UM QUADRO VALUOSO, MAS ROUBA UM FALSO
- RESPONDE PELO FURTO DA OBRA DE PEQUENO VALOR.

ERRO DE PROIBIÇÃO

- ATUA SOBRE O ELEMENTO DA CULPABILIDADE: "POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE"
- = QUANDO O AGENTE AGE ACREDITANDO QUE SUA CONDOTA NÃO É ILÍCITA. (ACHA QUE NÃO É PROIBIDO)
- PODE SER:
 - **ESCUSÁVEL:**
O AGENTE NÃO PODERIA, C/ UM EXERCÍCIO MENTAL RAZOÁVEL, SABER QUE SUA CONDOTA ERA CONTRÁRIA AO DIREITO.
 - EXCUI-SE A CULPABILIDADE → O AGENTE É ISENTO DE PENA.
 - **INESCUSÁVEL:**
O AGENTE PODERIA, C/ UM EXERCÍCIO MENTAL RAZOÁVEL, SABER QUE SUA CONDOTA ERA CONTRÁRIA AO DIREITO.
 - PERMANECE A CULPABILIDADE → A PENA É DIMINUÍDA DE 1/6 A 1/3.

ERRO

ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO

- O AGENTE ERRA, PORQUE ALGUÉM O INDOU A ISSO. (É UMA MODALIDADE DE AUTORIA MEDIATA)
 - SÓ RESPONDE PELO DELITO AQUELE QUE PROVOCA O ERRO.
 - EXEMPLO: UM MÉDICO PEDE À ENFERMEIRA QUE DÊ UM VENENO AO PACIENTE DIZENDO SER REMÉDIO. ELA O FAZ E O PACIENTE MORRE.
- SÓ O MÉDICO RESPONDE PELO HOMICÍDIO.

DESCRIMINANTE PUTATIVA

- O AGENTE AGE ACREDITANDO ESTAR PRESENTE UMA SITUAÇÃO QUE, SE DE FATO EXISTISSE, TORNARIA SUA AÇÃO LEGÍTIMA. (EX.: EXCLUDENTES DE ILICITUDE)

x DELITO PUTATIVO

- O AGENTE AGE ACREDITANDO ESTAR PRATICANDO UM CRIME, MAS, NA VERDADE, ESTÁ COMETENDO UM INDIFFERENTE PENAL.
- (EX.: O CIDADÃO ESBARRA EM UM CARRO E FOGE ACHANDO SER UM CRIME)

ASPECTOS GERAIS

- REGRA GERAL: TODO FATO
 - TÍPICO
 - LÍCITO
 - POR AGENTE CULPÁVEL
- É PUNÍVEL.

↳ MAS O ESTADO DEVE FAZÊ-LO CONFORME A LEI E NO PRAZO LEGAL.

- HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE SÃO LISTADAS NO ART. 107 DO CP.

HIPÓTESES

1. MORTE DO AGENTE (INTRANSCENDÊNCIA DA PENA)
2.
 - ANISTIA,
 - GRAÇA OU
 - INDULTO
3. RETROATIVIDADE DE LEI QUE NÃO CONSIDERA MAIS O FATO COMO CRIMINOSO. (ABOLITIO CRIMINIS)
4. PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA OU PEREMPÇÃO
5. RENÚNCIA DO DIREITO DE QUEIXA OU PERDÃO ACETO (NOS CRIMES DE AÇÃO PRIVADA)
6. RETRATAÇÃO DO AGENTE NOS CASOS EM QUE A LEI ADMITE. (EX.: CALÚNIA E DIFAMAÇÃO)
7. PERDÃO JUDICIAL, NOS CASOS PREVISTOS EM LEI

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

ANISTIA, GRAÇA OU INDULTO

- ANISTIA → EXCLUI O PRÓPRIO CRIME.
 - O ESTADO DETERMINA QUE AS CONDUITAS (FATOS CONSUMADOS) PRATICADAS NÃO SEJAM CONSIDERADOS CRIMES.
 - CONCEDIDA PELO PODER LEGISLATIVO.
 - PODE SER CONCEDIDA A QUALQUER TEMPO. (INCLUSIVE APÓS SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO)
- ↳ ANISTIA
 - PRÓPRIA → CONCEDIDA ANTES DA CONDENAÇÃO
 - IMPRÓPRIA → CONCEDIDA APÓS A CONDENAÇÃO
- FAZ CESSAR OS EFEITOS PENAS DA CONDENAÇÃO.
- ANISTIA
 - COMUM → CRIME COMUM
 - ESPECIAL → CRIME POLÍTICO
- ANISTIA
 - RESTRITA → EXIGE QUALIDADE ESPECÍFICA.
 - IRESTRITA → A TODOS OS AGENTES
- GRAÇA E INDULTO → EXTINGUEM A PUNIBILIDADE EM RELAÇÃO A:
 - UM INDIVÍDUO (GRAÇA)
 - UM GRUPO (INDULTO)
- CONCEDIDAS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
- NÃO EXTINGUEM O FATO CRIMINOSO.
- PODEM SER PARCIAIS.

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

PEREMPÇÃO

- É A EXTINÇÃO DA AÇÃO PENAL PRIVADA PELO "DESUETO" DA VÍTIMA.
(CASOS EM QUE SÓ SE PROCEDE MEDIANTE QUEIXA)

• HIPÓTESES :

- QUARELANTE DEIXAR DE PROMOVER O ANDAMENTO DO PROCESSO POR 30 DIAS SEGUIDOS.
- FALHANDO/TORNANDO-SE INCAPAZ O QUARELANTE, NÃO COMPARECER EM JUÍZO EM 60 DIAS QUEM COUBER FATÉ-LO.
- QUARELANTE DEIXAR DE :
 - COMPARECER, SEM MOTIVO JUSTIFICADO, A ATO DO PROCESSO
 - FORMULAR PEDIDO DE CONDENAÇÃO NAS ALEGAÇÕES FINAIS.
- QUARELANTE PESSOA JURÍDICA SE EXTINGUIR SEM DEIXAR SUCESSORES.

DECADÊNCIA

- OCORRE QUANDO :
 - A VÍTIMA NÃO ATUÍZA A AÇÃO PENAL DENTRO DO PRAZO (CRIMES DE AÇÃO PRIVADA) OU
 - A VÍTIMA NÃO OFERECE A REPRESENTAÇÃO DENTRO DO PRAZO (CRIMES DE AÇÃO PÚBLICA CONDICIONADA A REPRESENTAÇÃO)
- PRAZO = 6 MESES DA DATA EM QUE A VÍTIMA PASSA A SABER QUEM FOI O AUTOR

ASPECTOS GERAIS

- = PERDA DO PODER DE EXERCER UM DIREITO EM RAZÃO DA INÉRCIA DE SEU TITULAR.

→ NO DIREITO PENAL =
PERDA DO PODER DE:

- APLICAR PENA AO INFRATOR OU
- EXECUTAR PENA IMPOSTA AO CONDENADO EM RAZÃO DO DECURSO DE TEMPO.

extinção da
punibilidade
= PRESCRIÇÃO =

PRESCRIÇÃO DA PRETENÇÃO PUNITIVA

A PRESCRIÇÃO COMEÇA A CORRER:

- REGRA GERAL: MOMENTO DA CONSUMAÇÃO.
- CASOS ESPECIAIS:

• TENTATIVA → DIA EM QUE CESSAR A ATIVIDADE CRIMINOSA.

• CRIMES PERMANENTES → DIA EM QUE CESSAR A PERMANÊNCIA.

CRIMES DE BIGAMIA E

• FALSIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DE ASSENTAMENTO DO REGISTRO CIVIL → DIA EM QUE O FATO SE TORNOU CONHECIDO.

• CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES →

DATA EM QUE A VÍTIMA COMPLETA 18 ANOS.
(SALVO SE JÁ HOUVER SIDO PROPOSTA A AÇÃO PENAL)

PRESCRIÇÃO DA PRETENÇÃO PUNITIVA

- O ESTADO AINDA NÃO APLICOU EM CARÁTER DEFINITIVO SANÇÃO PENAL AO AGENTE.
- O PRAZO PRESCRICIONAL É DEFINIDO C/ BASE NA PENA MÁXIMA ESTABELECIDA EM ABSTRATO À CONDUTA CRIMINOSA.

PENA MÁXIMA COMINADA	PRAZO PRESCRICIONAL
----------------------	---------------------

> 12 ANOS	20 ANOS
-----------	---------

8 A 12 ANOS	16 ANOS
-------------	---------

4 A 8 ANOS	12 ANOS
------------	---------

2 A 4 ANOS	8 ANOS
------------	--------

1 A 2 ANOS	4 ANOS
------------	--------

< 1 ANO	3 ANOS
---------	--------

APLICAM-SE OS MESMOS PRAZOS

P/ PENAS: • RESTRITIVAS DE DIREITOS
• PRIVATIVAS DE LIBERDADE

PRAZOS P/ A PENA DE MULTA:

- 2 ANOS → SE A PENA FOR SÓ DE MULTA.

- MESMO PRAZO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE → SE ALTERNATIVA OU CUMULATIVAMENTE COMINADA/APLICADA.

PRESCRIÇÃO DA PRETENÇÃO PUNITIVA

PRESCRIÇÃO DA PRETENÇÃO PUNITIVA INTERCORRENTE (= SUPERVENIENTE)

- OCORRE **APÓS A CONDENAÇÃO**, QUANDO HÁ TRÂNSITO EM JULGADO P/ A **ACUSAÇÃO** (MAS NÃO P/ A DEFESA)
- ↳ NÃO TEM MAIS COMO A DEFESA SER PREJUDICADA.
- O PRAZO PRESCRICIONAL PASSA A SER CALCULADO CONFORME A **PENA APLICADA**. (NÃO MAIS, CONFORME A PENA MÁXIMA ABSTRATA)
- O PRAZO **NÃO** PODE TER **PRAZO INICIAL** ANTERIOR À DATA DA { QUEIXA OU DENÚNCIA.

PRESCRIÇÃO DA PRETENÇÃO PUNITIVA RETROATIVA

- OCORRE **APÓS A CONDENAÇÃO**, QUANDO HÁ TRÂNSITO EM JULGADO P/ A **ACUSAÇÃO** E CONCLUI-SE QUE NAQUELE MOMENTO HOUVE PRESCRIÇÃO ENTRE A DATA DA { QUEIXA OU DENÚNCIA E A SENTENÇA CONDENATÓRIA.
- O PRAZO PRESCRICIONAL É CALCULADO CONFORME A **PENA APLICADA**. (NÃO MAIS, CONFORME A PENA MÁXIMA ABSTRATA)

CUIDADO!

NÃO HÁ MAIS PRESCRIÇÃO RETROATIVA TENDO COMO MARCO INICIAL DATA ANTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA OU QUEIXA.
(DESDE A LEI 12.234/10)

EXTINÇÃO DA
PUNIBILIDADE
= PRESCRIÇÃO =

PRESCRIÇÃO DA PRETENÇÃO EXECUTÓRIA

- PERDA DO PODER DE EXECUTAR PENA IMPOSTA AO CONDENADO EM RAZÃO DO DECURSO DE TEMPO.
- CALCULADO CONFORME A **PENA APLICADA**.

PENA APLICADA	PRAZO PRESCRICIONAL
> 12 ANOS	20 ANOS
8 A 12 ANOS	16 ANOS
4 A 8 ANOS	12 ANOS
2 A 4 ANOS	8 ANOS
1 A 2 ANOS	4 ANOS
< 1 ANO	3 ANOS

AUMENTADO DE 1/3 SE O CONDENADO É REINCLUIENTE.

A PRESCRIÇÃO COMEÇA A CORRER:

- DO DIA EM QUE HÁ **TRÂNSITO EM JULGADO** DA:
 - SENTENÇA CONDENATÓRIA (P/ ACUSAÇÃO)
 - SENTENÇA QUE REVOGA:
 - SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA OU LIVRAMENTO CONDICIONAL
- DO DIA EM QUE SE **INTERROMPE** A EXECUÇÃO.
(SALVO QUANDO O TEMPO DA INTERRUÇÃO DEVA COMPUTAR-SE NA PENA)

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE = PRESCRIÇÃO =

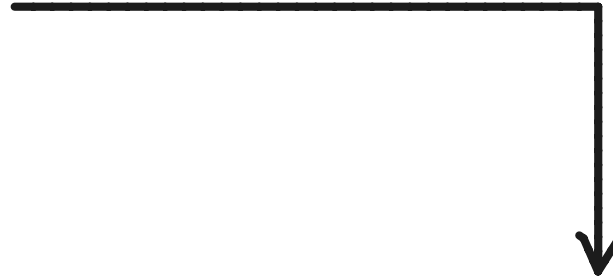


HIPÓTESES DE INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO

1. RECEBIMENTO DA { QUEIXA OU DENÚNCIA.
2. PRONÚNCIA
3. DECISÃO CONFIRMATÓRIA DA PRONÚNCIA
4. PUBLICAÇÃO DE { SENTENÇA OU ACÓRDÃO RECORRÍVEIS.
5. INÍCIO OU CONTINUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA PENA
6. REINICIÊNCIA.

SÓ SE APLICAM A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.

- APÓS INTERRUPTIDO, O PRAZO **VOLTA A CORRER DO ZERO**.
(SALVO CASO 5)
- **CASOS 1 A 4**: OCORRENDO A INTERRUPTÃO EM RELAÇÃO A UM DOS **AUTORES** DO CRIME, ELA SE **ESTENDERÁ** AOS DEMAIS.



CAUSAS IMPEDITIVAS DA PRESCRIÇÃO

- **ANTES** DE PASSAR EM JULGADO A SENTENÇA FINAL, A **PRESCRIÇÃO NÃO CORRE**:
 1. ENQUANTO NÃO RESOLVIDA, EM OUTRO PROCESSO, QUESTÃO DE QUE **DEPENDA O RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DO CRIME**.
 2. ENQUANTO O AGENTE **CUMPRE PENA NO ESTRANGEIRO**.
- **DEPOIS** DE PASSAR EM JULGADO A SENTENÇA FINAL, A **PRESCRIÇÃO NÃO CORRE** DURANTE O TEMPO EM QUE O CONDENADO ESTÁ **PRESO POR OUTRO MOTIVO**.
- O PRAZO FICA **SUSPENSO**.
 - ↳ RESOLVIDA A QUESTÃO, O PRAZO VOLTA A CORRER DE ONDE ESTAVA (NÃO SE REINICIA)

ASPECTOS GERAIS

- = COLABORAÇÃO DE DOIS OU MAIS AGENTES
P/ A PRÁTICA DE UM $\left\{ \begin{array}{l} \text{CRIME} \\ \text{CONTRAVENÇÃO PENAL} \end{array} \right.$
- O CP ADOTOU A TEORIA MONISTA TEMPERADA (MITIGADA)
- = CRIME ÚNICO: TODOS RESPONDEM PELO MESMO CRIME NA MEDIDA DE SUA CULPABILIDADE.
(A PENA DE CADA UM CORRESPONDERÁ À VALORAÇÃO DE SUA CONDUCTA)

CONCURSO DE PESSOAS

ESPÉCIES

- **EVENTUAL** → O TIPO PENAL NÃO EXIGE QUE O FATO SEJA PRATICADO POR MAIS DE UM AGENTE. (MAS EVENTUALMENTE PODE OCORRER)
EX.: FURTO, ROUBO, HOMICÍDIO...
- **NECESSÁRIO** → O TIPO PENAL EXIGE QUE O FATO SEJA PRATICADO POR MAIS DE UM AGENTE.
 - CONDUTAS **PARALELAS** → OS AGENTES AGEM DIRIGIDOS A UMA MESMA FINALIDADE.
 - CONDUTAS **CONVERGENTES** → SE ENCONTRAM E PRODUZEM, JUNTAS, O RESULTADO PRETENDIDO.
 - CONDUTAS **CONTRAPOSTAS** → OS AGENTES AGEM UNS CONTRA OS OUTROS.

REQUISITOS

PLURALIDADE DE AGENTES

- TODOS OS AGENTES DEVEM TER DISCERNIMENTO. (SE NÃO, É CASO DE AUTORIA MEDIATA)
→ NÃO É NECESSÁRIO QUE TODOS SEJAM CULPÁVEIS!

CONCURSO IMPRÓPRIO OU APARENTE:

AGENTE CULPÁVEL + AGENTE NÃO CULPÁVEL "COM DISCERNIMENTO"

AUTORIA MEDIATA

- O AGENTE SE VALE DE UMA PESSOA COMO INSTRUMENTO P/A PRÁTICA DO DEUTO.
- HIPÓTESES:**
 1. AUTORIA MEDIATA POR **ERRO DO EXECUTOR** → O AUTOR INDUZ O EXECUTOR A ERRO.
 2. AUTORIA MEDIATA POR **COAÇÃO DO EXECUTOR** → O AUTOR COAGE O EXECUTOR A PRATICAR O DEUTO. (COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL → AFASTA A CULPABILIDADE)
 3. AUTORIA MEDIATA POR **INIMPUTABILIDADE DO AGENTE** → PRESUPÕE QUE O EXECUTOR NÃO TENHA O DISCERNIMENTO NECESSÁRIO.
- NÃO SE ADMITE AUTORIA MEDIATA EM **CRIMES DE MÃO PRÓPRIA**.
- EM **CRIMES PRÓPRIOS**, CABE AUTORIA MEDIATA SE O **AUTOR MEDIATO** TIVER AS **CONDIÇÕES** EXIGIDAS.

CONCURSO DE PESSOAS = REQUISITOS =

RELEVÂNCIA CAUSAL DA COLABORAÇÃO

- A PARTICIPAÇÃO DO AGENTE DEVE SER:
 - **RELEVANTE** P/ A PRODUÇÃO DO **RESULTADO**.
 - **PRÉVIA** OU **CONCOMITANTE** À EXECUÇÃO / CONSUMAÇÃO

SE A COLABORAÇÃO FOR POSTERIOR À CONSUMAÇÃO, MAS **COMBINADA PREVIAMENTE**, HÁ CONCURSO DE PESSOAS.

VÍNCULO (UAME) SUBJETIVO

- = CONCURSO DE VONTADES
- É **NECESSÁRIO** QUE:
 - A COLABORAÇÃO TENHA SIDO AJUSTADA OU
 - TENHA HAVIDO ADESAO DE UM À CONDOTA DE OUTRO.
- A COLABORAÇÃO MERAMENTE CAUSAL **NÃO** CONFIGURA CONCURSO DE PESSOAS.

IDENTIDADE DE INFRAÇÃO PENAL

- = UNIDADE DE INFRAÇÃO PENAL.
- TODOS RESPONDEM PELO **MESMO CRIME** NA MEDIDA DE SUA CULPABILIDADE.

EXISTÊNCIA DE FATO PUNÍVEL

- = PRINCÍPIO DA EXTERIORIDADE.
- O ATO DEVE SER PELO MENOS UMA TENTATIVA DE CRIME.
(SE FOR MERA **COGITAÇÃO**, NÃO HÁ FATO PUNÍVEL)
(PLANO ABSTRATO)

EM REGRA:

- AJUSTE
- DETERMINAÇÃO
- INSTIGAÇÃO

NÃO SÃO PUNÍVEIS SE O CRIME NÃO CHEGA A SER TENTADO.

SE HOUVER **PREVISÃO LEGAL**, OS **ATOS PREPARATÓRIOS** PODEM SER **PUNÍVEIS**.

AUTOR (CONCEITO RESTRITIVO)

- = AQUELE QUE PRÁTICA O **NÚCLEO** DO TIPO PENAL. (OS DEMAIS SERÃO PÁRTIPIES)
- ADOOTADO PELO C.P.

TEORIAS QUE DIFERENCIAM AUTOR DE PÁRTIPIE

- **TEORIA OBJETIVO - FORMAL**
(ADOOTADO PELO C.P. - REGRA GERAL)
- **AUTOR =** AQUELE QUE PRÁTICA O **NÚCLEO** DO TIPO PENAL.
(OS DEMAIS SERÃO PÁRTIPIES)
- **TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO** (HANS WELZEL, CLAUD ROXIN)
(ADOOTADO PELO C.P. - CASOS DE AUTORIA MEDIATA)
- **AUTOR =** AQUELE QUE TEM O **DOMÍNIO** DA CONDOTA CRIMINOSA.
→ O **DOMÍNIO** PODE SER { DA AÇÃO
DA VONTADE
FUNCIONAL DO FATO
(O PÁRTIPIE NÃO TEM PODER DE DIREÇÃO SOBRE A CONDOTA)
- **TEORIA OBJETIVO - MATERIAL**
- **AUTOR =** AQUELE QUE TEM A COLABORAÇÃO DE MAIOR IMPORTÂNCIA.
(O PÁRTIPIE TEM UMA ATUAÇÃO REDUZIDA)



CONCURSO DE PESSOAS = COAUTORIA =



TIPOS DE COAUTORIA

- **FUNCIONAL (PARCIAL)**
 - AS CONDOTAS DOS AGENTES SÃO **DIVERSAS** E SE **SOMAM**.
(EX.: UM SEGURA A VÍTIMA E O OUTRO A MATA)
- **MATERIAL (DIRETA)**
 - OS AUTORES REALIZAM A **MESMA CONDOTA**.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- PODE HAVER COAUTORIA:
 - NOS **CRIMES PRÓPRIOS**.
 - ENTRE AUTORES MEDIATOS
- NÃO PODE HAVER COAUTORIA:
 - ENTRE AUTOR **MEDIATO** E **IMEDIATO**
 - NOS CRIMES DE **MÃO PRÓPRIA**
 - EM CRIMES **OMISSIVOS** (DOCTRINA MAJORITÁRIA)
- NA **COAÇÃO FÍSICA IRRESISTÍVEL**, NÃO HÁ AUTORIA **MEDIATA**, MAS AUTORIA **DIRETA**.

CONCURSO DE PESSOAS = PARTICIPAÇÃO =

CONCEITO

- = O AGENTE COLABORA P/ O CRIME, MAS **NÃO PRÁTICA** A CONDUTA DO TIPO PENAL.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA: **REDUÇÃO** DA PENA DE $\frac{1}{6}$ A $\frac{1}{3}$.
- PARTICIPAÇÃO **INÓCUA** NÃO SE PUNE.
- É POSSÍVEL A **PARTICIPAÇÃO EM CADEIA**.

TIPOS

- **MORAL** → O AGENTE **INSTIGA/INDUZ** ALGUÉM A PRATICAR UM CRIME. (PSICOLÓGICO)
 - **MATERIAL** → O AGENTE PRESTA **AUXÍLIO** AO AUTOR:
 - FORNECE OBJETO P/ O CRIME
 - AUXILIA NA FUGA, ETC.
- = CUMPLICIDADE



PUNIBILIDADE

- POR MEIO DE UMA ADEQUAÇÃO TÍPICA **MEDIATA**.
 - PÁRTIPE É PUNIDO C/ BASE NA **TEORIA DA ACESSORIEDADE**.
 - A **TEORIA DA ACESSORIEDADE LIMITADA** É A QUE MAIS SE AMOLDA AO CP:
 - A CONDUTA PRINCIPAL DEVE SER PELO MENOS **TÍPICA E LÍCITA** P/ QUE O PÁRTIPE RESPONDA PELO CRIME.
- SE O AUTOR AGRIDE A VÍTIMA EM LEGÍTIMA DEFESA, O FATO NÃO É LÍCITO, ENTÃO O PÁRTIPE NÃO RESPONDE.

CONCURSO DE PESSOAS

COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA

= "PARTICIPAÇÃO EM CRIME MENOS GRAVE"
OU "DESVIO SUBJETIVO DE CONDOTA"

- SE UM CONCORRENTE **QUERIA** PARTICIPAR DE CRIME **MENOS GRAVE**:
 - RESULTADO GRAVE **IMPREVISÍVEL**:
 - APUCA-SE A **PENA** DO CRIME **MENOS GRAVE**.
 - RESULTADO GRAVE **PREVISÍVEL**:
 - APUCA-SE A **PENA** DO CRIME **MENOS GRAVE AUMENTADA** ATÉ A **METADE**.

MULTIDÃO DEUNQUENTE

= MULTIDÃO CRIMINOSA

- INÚMERAS PESSOAS PRATICAM O **MESMO DELITO**.
- AINDA QUE SEM ACORDO PRÉVIO (ADESÃO TÁCITA)
- HÁ CONCURSO DE PESSOAS.
- **ATENUA-SE** A PENA DOS AGENTES (MAIOR VULNERABILIDADE PSICOLÓGICA)
- **AGRAVA-SE** A PENA DOS ORGANIZADORES/LÍDERES.

COMUNICABILIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS

- AS CIRCUNSTÂNCIAS **OBJETIVAS** SE **COMUNICAM**.
(REFEREM-SE AO FATO CRIMINOSO EM SI)
→ DEVEM TER ENTRADO NA ESFERA DE CONHECIMENTO DOS DEBAMIS AGENTES.
- CIRCUNSTÂNCIAS **SUBJETIVAS**:
 - REGRA GERAL → **NÃO** SE COMUNICAM AS
 { CONDIÇÕES E DE **CARATER PESSOAL**.
 CIRCUNSTÂNCIAS
 - EXCEÇÃO → QUANDO **ELEMENTARES** DO CRIME (COMUNICAM-SE)
- OU SEJA: AS CIRCUNSTÂNCIAS ELEMENTARES SEMPRE SE COMUNICAM!